

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

ELOIZA AMARAL LOPES

**MULHERES NA POLÍTICA: A MEMÓRIA DE MANDATOS FEMININOS
CASSADOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MAIO DE 2025**

ELOIZA AMARAL LOPES

**MULHERES NA POLÍTICA: A MEMÓRIA DE MANDATOS FEMININOS
CASSADOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas

Projeto Temático: Estado, Memória e Conflitos Sociais no Brasil

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias

**VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
MAIO DE 2025**

L852m

Lopes, Eloiza Amaral.

Mulheres na política: a memória de mandatos femininos cassados durante a ditadura civil-militar no Brasil / Eloiza Amaral Lopes, 2025.

67 f.

Orientador (a): Dr. José Alves Dias.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 64 – 67

1. Ditadura civil-militar - Memória. 2. Mulheres – Atividades políticas. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD 305.42098

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Women in politics: the memory of women's mandates revoked during Brazil's civil-military dictatorship

Palavras-chaves em Inglês: Memory; Civilian military dictatorship; Women; Policy

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente), Prof. Dr. Edson Silva de Farias (Titular), Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior (Titular)

Data da Defesa: 30 de maio de 2025

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELOIZA AMARAL LOPES

MULHERES NA POLÍTICA: A MEMÓRIA DE MANDATOS FEMININOS CASSADOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 30 de maio de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves Dias (Orientador)

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE ALVES DIAS
Data: 01/07/2025 14:04:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edson Silva de Farias (UESB)

Assinatura
Documento assinado digitalmente
gov.br EDSON SILVA DE FARIAS
Data: 02/07/2025 16:49:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Júnior
(UFMA)

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE RIBAMAR FERREIRA JUNIOR
Data: 30/05/2025 18:35:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pela estrutura acadêmica proporcionada e pelo ambiente propício à pesquisa e aprendizado, bem como ao meu orientador, Prof. Dr. José Alves Dias, pela orientação dedicada e sabedoria compartilhada.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, o que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação busca analisar a memória constituída sobre as cinco deputadas federais eleitas e que tiveram seus mandatos cassados durante a ditadura civil-militar, utilizando como fonte os dois maiores veículos de referência paulista: O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, além dos diários oficiais da Câmara dos Deputados, afim de compreender os possíveis motivos da perda dos direitos políticos. É nítido que as cassações impactaram o processo de construção da memória pública dessas mulheres e a presença feminina na política no Brasil, refletindo processos históricos de exclusão social e invisibilidade nas narrativas centradas nos grandes acontecimentos.

Palavras-chave: Memória; Ditadura civil-militar; Mulheres; Política.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the memory constituted about the five female federal deputies who were elected and had their mandates revoked during the civilian military dictatorship, using the two largest media outlets in São Paulo as sources: O Estado de S. Paulo and Folha de S. Paulo, as well as the official diaries of the Chamber of Deputies, in order to understand the possible reasons for the loss of political rights. It is clear that the cassations had an impact on the process of building the public memory of these women and the presence of women in politics in Brazil, reflecting historical processes of social exclusion and invisibility in narratives centered on major events.

Keywords: Memory; Civilian military dictatorship; Women; Policy.

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA PELA IMPRENSA NA DITADURA CIVIL-MILITAR..... | 13 |
| 3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL..... | 19 |
| 3.1 Contexto político brasileiro: golpe de 1964 e interesses de classe | 19 |
| 3.2 Mulheres na política na ditadura: Candidaturas e cassações de mandatos | 30 |
| 3.2.1 Ivete Vargas | 37 |
| 3.2.2 Julia Steinbruch | 40 |
| 3.2.3 Ligia Doutel De Andrade..... | 41 |
| 3.2.4 Nysia Carone | 42 |
| 3.2.5 Maria Lúcia Melo de Araújo | 43 |
| 4 A MEMÓRIA DAS DEPUTADAS FEDERAIS CASSADAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR | 45 |
| 4.1 As deputadas federais cassadas no jornal O Estado de S. Paulo | 48 |
| 4.2 As deputadas cassadas no jornal Folha de S. Paulo | 50 |
| 4.3 As deputadas cassadas nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados | 51 |
| 4.3.1 Diário publicado em 03/05/1967..... | 54 |
| 4.3.2 Diário publicado em 02/08/1967..... | 54 |
| 4.3.3 Diário publicado em 01/09/1967..... | 55 |
| 4.3.4 Diário publicado em 01/02/1968..... | 56 |
| 4.3.5 Diário publicado em 02/04/1968..... | 57 |
| 4.3.6 Diário publicado em 01/05/1968..... | 58 |
| 5 CONCLUSÃO | 62 |
| REFERÊNCIAS | 64 |

1 INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar, período histórico em que se situam as reflexões propostas nesta pesquisa, perdurou por 21 anos, estendendo-se de 1964 a 1985, sendo que o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi promulgado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente da República Marechal Costa e Silva, mantendo o Senado e a Câmara fechados por mais de um ano. A promulgação marcou a fase de maior repressão da ditadura. O Ato suspendeu a concessão de *habeas corpus*, sob a alegação de suposta garantia da segurança nacional, estabeleceu a censura prévia e toque de recolher de acordo com definição do governo, definiu que o julgamento de crimes políticos deveria ser realizado por tribunais militares sem direito a recurso, autorizou a cassação de mandatos e direitos políticos e a demissão sumária de funcionários públicos que não colaboravam com as ordens e ações de fiscalização feitas pelo governo militar.

Nesse contexto, a presença de mulheres no cenário político brasileiro ganhou destaque com as eleições de 1966, ao sinalizar uma perspectiva de crescimento da participação feminina na Câmara dos Deputados, quando 12 mulheres se candidataram ao cargo de deputada federal e seis foram eleitas, mas cinco foram cassadas: Ivete Vargas, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia Melo de Araújo, Júlia Steinbruch e Nysia Carone, todas filiadas ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Além de terem os mandatos cassados, essas mulheres tiveram os direitos políticos suspensos por dez anos na legislatura de 1967 a 1971, sob a defesa do artigo 4º do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O referido artigo defendia que afim de “preservar a Revolução”, o “Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderia suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais” (Brasil, 1968).

Uma das hipóteses levantadas por esta pesquisa é a de que as cassações interromperam abruptamente o processo de ampliação do espaço das mulheres na esfera política, pois a Câmara dos Deputados passou a apresentar apenas uma mulher entre centenas de parlamentares naquela legislatura. Além disso, estudos históricos não privilegiam o olhar sobre as mulheres, pois fazer de conta que elas não existiam ajudava a construir uma memória coletiva na qual as mulheres não tinham identidade própria, “reforçando a visão da mulher complemento do homem, Eva costela de Adão” (Koshiyama, 2001, p. 2).

Com isso, a importância desta pesquisa se dá pelo fato de que falar sobre a atuação de mulheres durante a ditadura civil-militar não é somente narrar os acontecimentos em que estiveram presentes ou apontar sua participação, mas traçar a memória delas enquanto

parlamentares e a importância de seus feitos em prol da sociedade. Para isso, esta dissertação busca compreender a memória acerca das deputadas federais eleitas e cassadas durante a ditadura civil-militar utilizando como fonte principal as publicações que as mencionavam nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, além dos diários oficiais da Câmara dos Deputados. Ambos os veículos foram escolhidos por serem considerados os dois maiores de referência da imprensa paulista, que se consolidou ao possuir as seguintes características: tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; possuir índices elevados de tiragem e circulação; ser divulgador dos fatos de interesse público; e servir externamente de referência sobre a realidade do país com veracidade assegurada do que é publicado.

Inicialmente, para a identificação das deputadas federais cassadas durante a ditadura civil-militar, foi realizado um levantamento no site da Câmara dos Deputados, onde são armazenados registros básicos de todos os parlamentares desde a 39ª legislatura do país que teve início em 10 de março de 1951. Na aba “deputados”, há um sistema de pesquisa onde é possível filtrar dados como nome, legislatura, partido, sexo e unidade federativa e, considerando o foco desta pesquisa, analisamos as publicações sobre mandatos femininos que pudessem ter sido cassados ao longo dos 21 anos do período ditatorial, utilizando os filtros de legislatura e sexo para a obtenção dos dados. Com isso, a busca por informações sobre as mulheres abarcou desde a 42ª legislatura (01/02/1963 - 31/01/1967) à 47ª legislatura (01/02/1983 – 31/01/1987), mas todas as cassações ocorreram durante a vigência da 43ª legislatura (01/02/1967 – 31/01/1971).

A identificação das cassações se deu por meio da página bibliográfica de cada uma das deputadas, que, além de informações sobre o nome completo, data de nascimento, profissão, mandatos exercidos, proposições de autoria delas, atividades parlamentares, atividades profissionais e cargos públicos, atividades sindicais representativas de classe associativas e conselhos, estudos e cursos diversos, conta com um campo para as perdas de mandatos. O texto base traz o seguinte descritivo: “Mandato de Deputada Federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 [...]”, com variações na data de expedição do Decreto e publicação no Diário Oficial da União.

Com o intuito de se obter, da forma mais abrangente possível, a incidência de menções aos nomes das deputadas federais Ivete Vargas, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia Melo de Araújo, Júlia Steinbruch e Nysia Carone, eleitas e cassadas durante a ditadura civil-militar, foram feitos levantamentos a partir dos acervos dos jornais de referência **O Estado de S. Paulo**

e **Folha de S. Paulo**, por meio dos motores de busca dos acervos digitalizados das edições impressas de ambos os veículos, disponíveis *online*.

O levantamento considerou o período da legislatura em que ocorreu as cassações (1967-1971), e não apenas a vigência dos mandatos de 4 anos (1967-1970), a fim de entender se os veículos faziam alguma menção as cassações dos direitos que, afinal, ainda deveriam estar em vigência. Por isso, as buscas abarcaram citações aos nomes das deputadas federais entre 01/01/1967 e 31/12/1971 se atentando a possíveis variações na escrita dos nomes com letras duplicadas e até pouco usuais na língua portuguesa, além de abreviações em caso de sobrenomes extensos.

Dessa forma, o levantamento de menções à Ivete Vargas e Maria Lúcia Melo de Araújo também foi feito com a escrita “Ivette Vargas” e “Maria Lúcia Mello de Araújo”, sendo que para a segunda ainda se consideraram resultados para “Maria Lúcia de Araújo”. Já no caso de Nysia Carone, as buscas ainda utilizaram a frase exata “Nisia Carone”, dado que não são recorrentes palavras nativas da língua portuguesa com a letra “y” e prevendo possível erro dos veículos na hora da escrita.

Após esta etapa, os resultados foram planilhados e catalogados considerando o nome da deputada, partido, título da matéria, o autor (caso a matéria fosse assinada), editoria, página, referência ABNT e o link no acervo do veículo onde o texto se encontra. Paralelamente, foi realizada uma análise bibliográfica para dar embasamento às afirmações em relação ao que foi observado nos resultados dos levantamentos conduzidos, buscando identificar tendências gerais em relação à presença da construção de memória sobre as deputadas federais eleitas e cassadas ao longo da ditadura civil-militar.

Já o levantamento realizado nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados buscou identificar o posicionamento das deputadas, quais pautas e grupos defendiam, o que achavam do governo vigente e se eram combativas para delinear uma memória de acordo com as particularidades de cada uma. A pesquisa foi realizada a partir de 24 Diários Oficiais levantados no portal da Câmara dos Deputados, abrangendo o período de janeiro de 1967 até janeiro de 1969. A análise inicialmente esperava contemplar 25 Diários Oficiais, mas devido à promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968, a Câmara foi fechada, o que interrompeu a publicação de informações sobre plenárias, votações e debates até outubro de 1969.

Com todos os Diário Oficiais em mãos, com base nos sumários apresentados logo nas primeiras páginas, foram identificados os oradores de cada uma das sessões (sejam homens ou mulheres) e os assuntos abordados, os dados foram organizados em planilhas. Para isso, foram

consideradas variações de escrita nos nomes, utilizando os mesmos critérios adotados na análise dos jornais, o que tornou possível quantificar os indivíduos que estiveram presentes e que tiveram espaço de fala sem que houvesse duplicidade das informações.

Além disso, para enriquecer a pesquisa e compreender com ainda mais propriedade a memória destas deputadas federais cassadas e os conteúdos dos jornais e diários analisados, tomamos, entre outros autores, Halbwachs (2004) como referência em *A Memória Coletiva* (2004) ao explorar as memórias compartilhadas por grupos comuns, de acordo com as normas e valores dominantes em uma sociedade. Para o autor, existiria uma memória coletiva, de grupos relacionados a um determinado tempo e espaço, moldada de acordo com a vida social, material e moral de uma sociedade, estruturados por marcos sociais, que, por sua vez, demarcam a dinâmica do funcionamento dessa sociedade ao longo do tempo (Magalhães, 2018). Neste sentido, ao investigar as memórias das deputadas federais cassadas, ampliamos a compreensão de como os marcos sociais não apenas refletem, mas também sustentam as dinâmicas de poder e exclusão de determinados grupos.

Olhando para o período histórico, utilizamos como base os conceitos apresentados por René Armand Dreifuss em 1964: *A Conquista do Estado* (1981). O autor nos apresenta à “elite orgânica”, um grupo de intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados, que, a fim de conquistar legitimação, implantar a ação política de classe com seu projeto de Estado e garantir que houvesse círculos de poder que se dispusessem a participar da luta política, atuou para promover um pensamento hegemônico que embasasse as suas necessidades e que fizesse com que grande parte da sociedade também as tomasse para si.

O grupo dos empresários e tecno-empresários era responsável por garantir o controle sobre as diretrizes econômicas das empresas, dada a influência que tinham sobre diretores e outros membros de alto escalão. Em suma, nas palavras do autor, “este bloco econômico burguês modernizante-conservador” (Dreifuss, 1981, p. 73) fazia a ponte para o alcance de condições políticas favoráveis para a produção, se opondo à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista.

Com tudo isso, quando pensamos na necessidade de explorar a memória das deputadas federais cassadas durante a ditadura civil-militar, partimos do mesmo questionamento levantado por Halbwachs: “Como uma sociedade qualquer que seja poderia existir, subsistir, tomar consciência dela mesma se não abraçasse, num olhar, um conjunto de acontecimentos presentes e passados?” (Halbwachs, 2004, p. 130). Uma vez que, mesmo que as memórias de uma sociedade se esgotem lentamente, ela não cessa de se transformar, pois basta que se conserve

numa parte da sociedade, para que possamos encontrá-la sempre ali (Halbwachs, 2004, p. 84) e recuperar essas memórias é essencial para lançar luz sobre suas trajetórias individuais e apresentar panorama mais completo da história política do Brasil.

Em suma, valendo-se do levantamento documental e das demais fontes consultadas, a seção 2 explora como a imprensa da época se posicionou diante da censura e da repressão impostas pela ditadura civil-militar, argumentando o papel central do jornalismo na construção da memória pública. Também é analisado o contexto político que culminou no golpe de 1964, com base nas contribuições de René Dreifuss, que explica a formação da chamada "elite orgânica" e sua atuação estratégica na articulação do golpe, na repressão aos direitos políticos e na manipulação da opinião pública por meio dos meios de comunicação.

Já a seção 3 da dissertação examina a evolução das candidaturas femininas entre 1950 e 1966, com apoio em gráficos e dados estatísticos que evidenciam o baixo índice de representatividade, o impacto das cassações nos avanços obtidos até então, bem como a invisibilidade institucional e histórica enfrentada pelas deputadas federais cassadas, e as dificuldades para consolidar a memória de suas trajetórias políticas.

Na seção 4, de forma detalhada, investiga-se a presença — ou ausência — dessas parlamentares nas matérias dos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, observando o tipo de enquadramento dado às suas figuras públicas, os temas em que foram mencionadas, as editoriais responsáveis pelas publicações e a frequência com que apareciam nas notícias, com o objetivo de compreender como foram representadas ou silenciadas no contexto do regime. Nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados, por sua vez, foram identificadas falas, proposições e posicionamentos políticos das deputadas antes da cassação de seus mandatos.

Por fim, a seção 5 conclui que, embora combativas e atuantes, as deputadas federais cassadas tiveram suas memórias apagadas ou negligenciadas tanto nos registros oficiais quanto na cobertura midiática. Pode-se afirmar que a repressão política interrompeu uma crescente, ainda que tímida, participação feminina na esfera legislativa; suas memórias foram silenciadas institucionalmente e pela imprensa, e que resgatar essas histórias é essencial para a reconstrução mais justa e plural da memória política brasileira.

2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA PELA IMPRENSA NA DITADURA CIVIL-MILITAR

O período histórico em foco nesta pesquisa foi marcado pela vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que abriu a fase de maior repressão da ditadura civil-militar e, sob a alegação de garantir a segurança nacional, foi responsável pela imposição de censura prévia aos veículos de comunicação (Mattos, 2005, p. 19), que foram obrigados a submeter suas produções a critérios políticos, além de contarem com a presença de censores diariamente nas redações. No que tange diretamente ao jornalismo, neste momento, a liberdade de expressão se tornou escassa e os jornalistas eram obrigados a submeter suas produções a critérios políticos. Esse período de censura perdurou até o início do governo Geisel, em 1975, sendo que a terceira fase ocorreu ao longo dos mandatos de Ernesto Geisel e João Figueiredo, quando a censura foi se tornando mais branda (Vieira; Rocha, 2016, p. 8).

Diante desse cenário de complexas relações entre imprensa e poder, a liberdade de expressão e o direito à informação foram mecanismo reprimidos tanto por práticas repressivas do Estado quanto da conivência não raro presente em posicionamentos assumidos por parte de empresas privadas de comunicação. Entendemos aqui, no entanto, o conceito de liberdade de expressão deve ser considerado para além de uma perspectiva puramente “negativa” (ou seja, para além do entendimento de que liberdade de expressão corresponderia simplesmente à ausência de censura), como apontam algumas correntes teóricas sobre o tema (Barendt, 2007), abarcando ainda limitações ao exercício da livre expressão que comprometiam os ideais de pluralismo e diversidade de vozes no debate público brasileiro ao longo do período em foco.

As matérias das editorias de Política e Economia eram particularmente suscetíveis à censura estatal, já que muitos temas econômicos e de política interna eram proibidos, e os fatos retratados nos textos precisavam ser alterados ou sequer chegavam a ser publicados (Marconi, 1980), promovendo uma distorção da memória dos cidadãos sobre os acontecimentos.

Para abordarmos mais profundamente como se deu a construção dessa memória coletiva pela imprensa durante a ditadura civil militar, precisamos, antes de tudo, definir com clareza o conceito de memória com o qual estamos trabalhando e os seus mecanismos. Conforme Maurice Halbwachs, “a memória deve ser entendida como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes” (Halbwachs, 2004), que integra o cotidiano de todos os indivíduos. Ou seja, para o autor, a memória coletiva é construída e reconstruída e, nessa pesquisa, analisamos essas flutuações de memória também

com base nas necessidades e interesses dos grupos sociais dominantes em determinado momento histórico, sendo seletiva e moldada por questões de poder e hegemonia.

Essa memória coletiva é formada por lembranças compartilhadas, histórias, símbolos e rituais que são transmitidos de geração em geração, construída através da interação social e da comunicação entre os membros de um grupo.

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e objetos que só nós vimos. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (Halbwachs, 2004, p. 26).

Diferente do que pode parecer, mesmo que interrelacional, Halbwachs não nega a existência de uma memória individual. Entende-se que a memória não é um fenômeno individual no sentido de ser socialmente construída e influenciada por diversos fatores, como o contexto social dos indivíduos, suas relações sociais, cultura e pelas estruturas sociais em que estão inseridos, no entanto, pela ótica de sua construção pessoal e subjetiva, é moldada por experiências individuais e perspectivas únicas.

[...] La memoria individual no es más que una parte y un aspecto de la memoria del grupo, como de toda impresión y de todo hecho, inclusive em lo que es aparentemente más íntimo, se conserva un recuerdo duradero en la medida em que se há reflexionado sobre ello, es decir, se le ha vinculado com los pensamientos provenientes del medio social. (Halbwachs, 2004, p. 174).

Uma diferença importante entre memória coletiva e memória individual é justamente a influência do grupo social. Enquanto a memória coletiva é fortemente influenciada pelas estruturas sociais e pelas relações de pertencimento a um grupo, a memória individual pode ser influenciada por fatores únicos, como traços de personalidade, experiências pessoais e contextos que foram vividos sozinhos.

Vale ressaltar que ao analisar as produções do sociólogo a memória é sempre atualizada para responder ao presente. Todavia, embora não seja exata, a memória se constitui a partir dos sentidos que os grupos vão lhe dando e, para isso, Halbwachs (2004) cunha a expressão “memória coletiva” para destacar que mesmo as memórias individuais são sociais; são memórias das experiências dos grupos com os quais a pessoa se encontra envolvida.

Partindo de pressuposto que a memória é um fenômeno coletivo e que os grupos se recordam tendo como referência os quadros sociais aos quais estão inseridos, podemos associar uma atividade profissional como um lugar coletivo constituinte das memórias sobre um

determinado tempo histórico. Esse é o caso, por exemplo, do jornalismo que se consolidou como um grupo que expressa as diferentes versões dos acontecimentos e define-se como um coletivo social autorizado a divulgar fatos recentes. O conceito de “lugar de memória” é oriundo do historiador francês Pierre Nora, que afirmou a diferença entre história e memória e a importância dos arquivos para a sobrevivência da história.

A partir disso, de acordo com Pierre Nora, a imprensa se constitui como um lugar de memória pois, “em um momento posterior a seu tempo de produção, o jornalismo continua, mesmo situado no passado e falando sobre um determinado presente do passado; a reunir as três condições essenciais de consolidação de um lugar mnemônico: material, simbólica e funcional” (Rêgo, 2014, p. 4). No caso do jornalismo, o sentido material se trata do produto cultural em si, como os jornais físicos, que podem ser consultados em bibliotecas e bancos de dados; o funcional traz a prestação de serviço, ligada a utilidade deste meio com a contribuição para o acesso à informação; e o simbólico é o que representa no imaginário social.

“Em outras palavras, a mídia possui uma legitimidade socialmente reconhecida. É considerada porta-voz oficial dos acontecimentos e da transformação social e, como registro da realidade, possui certa aura” (Ribeiro, 2013, p. 76-77). Só temos a capacidade de lembrar quando assumimos o ponto de vista de um ou mais grupos, uma vez que a memória só pode ser evocada externamente, e nos situamos em correntes de pensamentos coletivos, por isso, “apelamos aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma” (Halbwachs, 2004, p. 27).

Dizemos nos lembrar de acontecimentos a que, na verdade, lemos pelos jornais ou conhecemos pelos depoimentos dos que participaram diretamente como os repórteres, conscientes de que “a vontade de lembrar que constitui os produtos dos meios de comunicação, mesmo jornalísticos, expressa a sensibilidade mnemônica própria desse mundo” (Ribeiro, 2013, p. 83). É exatamente essa processualidade jornalística que se manifesta a partir de disputas e negociações de sentido que “se operam no espaço midiático e forjam enquadramentos de memória, reforçando seu caráter mnemônico, pois se coloca a *posteriori* de seu tempo de construção, como um suporte disponível para retorno e ressignificação histórica” (Rêgo, 2004, p. 3).

E o mecanismo utilizado pela imprensa para esse compartilhamento de memória é a informação, um fenômeno humano e social que depende, essencialmente, da linguagem, e, segundo Halbwachs (2004), são justamente nesses contextos sociais e na coletividade que se constroem e permanecem as representações, as ideias e imagens que possibilitam a formação

de lembranças e a recomposição delas. Desse modo, o autor insere em seus argumentos de sustentação da teoria da memória coletiva, dois elementos fundamentais: os grupos e os quadros sociais da memória.

Para Halbwachs a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros do grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que cristaliza os valores e aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. (Peralta, 2007, p. 5).

Em relação aos grupos, a ideia explorada por Halbwachs é de que não se pode compreendê-los como círculos fechados, mas sim uma junção de indivíduos que possuem valores, interesses, objetivos e pontos de vista em comum, mas que não se limitam a apenas um grupo exclusivamente, de modo que uma mesma pessoa pode se vincular a vários quadros sociais (as representações do passado organizadas por grupos) e suas lembranças repercutem a multiplicidade dessas possibilidades. Conforme as suas palavras, nos misturamos em vários grupos durante a vida e a duração de algumas memórias está atrelada à permanência sob a influência de determinado grupo – permanência essa que, enfatizamos mais uma vez, não precisa ser física. Como os indivíduos estão a um só tempo fazendo parte de grupos distintos, o que fica claro na teoria da memória coletiva é que as memórias que permanecem para o indivíduo são as do grupo, que se mantém coeso.

Tomemos como exemplo, uma mulher feminista negra que defenda os ideais políticos de esquerda: Com todas as suas singularidades, ela compõe e transita por mais de um grupo, como o das mulheres, das mulheres negras, das feministas e também o dos indivíduos que compactuam com os ideais de esquerda, desde que haja uma noção de pertencimento.

Esta noção, inclusive, é o que define a composição do grupo e a certeza sobre os indivíduos que o compõe. Em seu livro **A Memória Coletiva** (2004), Halbwachs traz como exemplo a este fato um aluno que, ao encontrar um antigo professor, tenta evocar suas memórias acerca de uma turma específica e acaba por falhar. E isso ocorre pois este professor, embora tenha dado aulas a esta classe, não se sentia parte daquele grupo, já que não havia interesses, proximidade e pontos de vista em comum, provando que não basta apenas estar presente, é necessário se sentir parte.

Para além, as memórias coesionais - ou seja, que se mantêm durante uma longa duração e não apenas permanecem – são, inclusive, as que possibilitam a duração do próprio grupo. A memória deste conjunto de pessoas é construída coletivamente com base em referenciais

compartilhados, de modo que a lembrança dura para os indivíduos que o compõem, justamente porque eles estão submetidos aos mesmos marcos.

Só é possível a permanência do grupo enquanto há a mobilização dessas memórias tidas como importantes, para que sejam preservadas e recompostas, e quando isso não é possível, ele se desfaz e se afasta, levando até mesmo ao esvanecimento das lembranças partilhadas entre os membros, justamente pelo fato de não haver mais uma comunidade afetiva. Ou, em outras palavras:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (Halbwachs, 2004, p. 34).

Para o segundo elemento fundamental, os quadros sociais da memória, o autor considera que desempenham um papel crucial na preservação e reforço da conexão entre passado e presente da memória coletiva ao longo do tempo, fornecendo pontos de referência e estruturas simbólicas que ajudam na atualização e manutenção das lembranças coletivas dos indivíduos, estas que desempenham um papel na formação da identidade social e na compreensão das relações sociais. Museus, memoriais ou festivais culturais são exemplos de marcos sociais que preservam e representam a memória coletiva de uma comunidade ou grupo social, pois são espaços onde a memória coletiva é revivida, transmitida e reinterpretada.

[...] estes marcos coletivos da memória não são simples formas vazias onde as lembranças que vem de outras partes se encaixariam como em um ajuste de peças; ao contrário, a memória coletiva utiliza estes marcos para reconstruir uma imagem do passado de acordo com cada época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade. (Halbwachs, 2004, p. 10).

Em suma, a memória coletiva é moldada e construída através das interações sociais e depende da participação e da interação dos membros do grupo. É por meio da memória coletiva com os marcos que grupos sociais constroem uma compreensão compartilhada de seu passado, de sua história e de sua identidade, podendo desenvolver um senso de continuidade histórica e uma noção de pertencimento, permitindo que os grupos compreendam e interpretem eventos passados à luz de suas crenças, valores e interesses presentes.

Quando se fala sobre a memória coletiva sobre as deputadas federais cassadas durante a ditadura civil militar na imprensa, embora todos os indivíduos utilizem a representação que possibilita a construção de lembranças e a recomposição delas, nas mídias há um espaço privilegiado para estudar o processo de produção e difusão dessas representações em larga escala, com os respectivos efeitos sobre a construção da memória e formação da subjetividade, entendida como a posição de sujeito que o indivíduo constrói ao ser assujeitada por um discurso.

Em outras palavras, “é nesse sentido que consideramos que as formações discursivas de uma cultura fundam modos/lugares possíveis de agência e constituição dos sujeitos” (Budag; Scabin, 2019, p. 40). Com isso, a influência dos meios de comunicação para a construção do estereótipo de mulher foi fundamental, com base nas representações que faziam deste gênero. Em veículos de referência, como **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, por exemplo, havia cadernos especiais voltados para o público feminino, os chamados suplementos, que geralmente contavam com matérias sobre culinária, moda, decoração, dicas de boas maneiras e de cuidados com a casa e os filhos, associando o gênero ao papel de mãe e esposa, não dando espaço à “subversão” desses estereótipos, como a ocupação de cargos na Câmara dos Deputados.

Acredita-se que, além de existência de preconceito e discriminação nas redações, esse tipo de destinação temática pudesse ser percebida do ponto de vista do “capital comunicacional” (Viana, 2020). Para consolidar a capacidade de serem instrumentos de controle social visando o lucro e maior número de vendas, era interessante aos veículos publicar textos direcionados às mulheres que se relacionassem com a memória social em relação à este gênero, ligadas ao espaço cotidiano, cuidados com o lar e a família, o que, além de atender as expectativas, também era uma tentativa de mantê-las afastadas de assuntos e espaços considerados masculinos ou que requeressem maior seriedade. Se tratando da lógica de produção, de modo geral, dentro das redações também era reservado a elas espaço de produção dentro dessas editorias, ou à cobertura das chamadas *soft news*.

A participação de mulheres, no período analisado, esteve bastante ligada à produção de textos de “cultura, cidades, moda, geral e ‘notícias brandas’ e em menor número política e economia” (Aldridge, 2001; Chambers; Steiner; Fleming, 2004 apud Vieira; Rocha, 2016, p. 4). Diante disso, fica evidente que havia a construção de um juízo de valor atribuído às pautas com base na diferença de gênero, como se a esfera pública fosse um território proibido para as mulheres.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA E PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL

3.1 Contexto político brasileiro: golpe de 1964 e interesses de classe

Em relação ao período de observação em foco nesta pesquisa, é preciso lembrar que se trata de um contexto historicamente marcado pela ditadura civil-militar brasileira, que perdurou entre os anos de 1964 e 1985, tendo como estopim o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Mas, mais do que isso, é necessário entender como se deram os entraves que levaram à desestabilização do governo populista de Jango, e ter em mente que os interesses para tal eram, em sua maioria, ligados a questões de classe.

No início da década 1960 o Brasil viu crescer duas forças sociais, surgidas durante o processo de industrialização dos anos cinquenta, e bastante divergentes: os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais. À medida que a economia nacional se desenvolvia, a indústria brasileira começou a se integrar ao sistema internacional para obter capital e tecnologia vindos, principalmente, dos Estados Unidos, além do *know how* necessário para seguir em expansão (Dreifuss, 1981, p. 27), o que, embora seja bastante comum nos dias atuais, inicialmente, fez com que os interesses multinacionais tivessem dificuldade em garantir a sua consolidação econômica, tendo que enfrentar os interesses tradicionais e da oligarquia rural, a lógica de alianças e o clientelismo representados pelo Congresso, além de burocracias ligadas ao tradicionalismo e à proatividade do Executivo.

Sob a égide do Plano de Metas, levado a cabo durante o governo de Juscelino Kubitschek e que tinha como objetivo melhorar as infraestruturas brasileiras com a industrialização e modernização, o Estado se tornou produtor direto de bens e serviços estratégicos para o desenvolvimento. No entanto, apesar de sua forte presença na economia, o Estado não fez o controle total dessa nova estrutura produtiva, deixando brechas para que o capital transnacional, que já havia penetrado em setores fundamentais, controlasse os processos de expansão capitalista, de modo que as grandes empresas "nacionais" e os grupos que as controlavam fossem “predominantemente multinacionais, firmemente interligadas através de uma dependência tecnológica ou financeiramente integrados a grupos multinacionais” (Dreifuss, 1981, p. 51).

Alguns anos depois, o governo Jânio Quadros (janeiro de 1961 a agosto de 1961) aprofundou as divergências entre os grupos dominantes ao levar o pacto populista a extremos. Os interesses multinacionais e setores associados, junto ao setor agroexportador, formaram um

bloco modernizante-conservador que buscou conquistar a presidência por meio de um populismo típico da UDN, apoiado pelo PDC e representado por Jânio Quadros, o que refletia tanto a política externa defendida pelo presidente quanto seu esforço em mobilizar as massas populares e racionalizar a economia (Dreifuss, 1981, p. 126).

Enquanto de um lado havia os setores modernizantes-conservadores, que tinham seus anseios atendidos pelo presidente, com forte presença de multinacionais e do agronegócio, que buscavam reformas conservadoras e controle da massa popular; do outro estava a classe média alta e setores populares, que defendiam uma combinação de reformas sociais, desenvolvimento nacionalista e austeridade, e que estava insatisfeita com o tratamento dado pelo Executivo às suas exigências. O embate se dava pois o primeiro grupo enxergava as medidas desejadas pelo segundo como um obstáculo ao progresso nacional:

O veredicto das urnas mostrava que a população brasileira, quando consultada, apoiava uma combinação de reformas populares sociais, de desenvolvimento nacionalista e de austeridade e eficiência administrativas. Essa combinação de demandas estava longe da ordem econômica vislumbrada pelos interesses empresariais multinacionais e associados e da noção de "progresso" internalizada pela classe média alta. (Dreifuss, 1981, p. 126).

Para tentar contornar a estrutura política, Jânio adotou medidas fracassadas como o envio dos famosos “bilhetinhos” para todas as instâncias administrativas, supervisionando pessoalmente os órgãos públicos (Motta, 2005, p.82), e uma manobra político-militar ousada, com o pedido de renúncia de suas funções presidenciais. Para garantir a influência política e capacidade de influenciar as diretrizes políticas no Brasil, o capital transnacional desenvolveu artifícios próprios, contando com a inteligência política, militar, técnica e empresarial. Em seu livro, **1964: A Conquista do Estado**, René Armand Dreifuss (1981), nos apresenta ao conceito de “elite orgânica”, um grupo de intelectuais e militares, representantes de interesses financeiros multinacionais e associados. O conceito empregado pelo autor tem suas bases em Gramsci, que aponta que os intelectuais orgânicos estão ligados a um projeto de classe ou fração de classe, diferente da elite tradicional.

A fim de conquistar legitimação, implantar a ação política de classe com seu projeto de Estado e garantir que houvesse círculos de poder que se dispusessem a participar da luta política, a elite orgânica atuou para promover um pensamento hegemônico que embasasse as suas necessidades e que fizesse com que grande parte da sociedade também as tomasse para si, fazendo um trabalho de convencimento que abrangesse desde as classes subalternas. Por isso,

era composta por agentes de diferentes grupos sociais, como os empresários e tecno-empresários, a tecno-burocratas e os militares.

O grupo dos empresários e tecno-empresários era responsável por garantir o controle sobre as diretrizes econômicas das empresas dada a influência que tinha sobre diretores, pessoas em cargos de alta gestão e proprietários de empresas com interesses multinacionais e associados, além da proximidade com políticos. Em suma, nas palavras do autor, “este bloco econômico burguês modernizante-conservador” (Dreifuss, 1981, p. 73) fazia a ponte para o alcance de condições políticas favoráveis para a produção, se opondo à estrutura econômica oligárquico-industrial e ao regime político populista.

Paralelamente, numa posição bastante estratégica, os tecno-burocratas atuavam dentro da máquina estatal, com uma rede “formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associado” (Dreifuss, 1981, p. 74). Com foco em atingir um estágio de desenvolvimento baseado na formulação de diretrizes claras que desprezavam as aspirações populares e socioeconômicas populistas, organizavam a opinião pública e garantiam meios para a formulação de diretrizes políticas e tomada de decisões favoráveis aos interesses multinacionais e associados, além de articular estratégias para o desenvolvimento de um planejamento indicativo e alocativo, ou racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do país.

Dentro desta trama, os militares se ligavam aos tecno-empresários e tecno-burocratas ao compartilharem da crença de urgência de mudar as diretrizes vigentes para conduzir o desenvolvimento estatal a um modelo industrial capitalista, tendo como um dos mais importantes redutos para o compartilhamento dessa ideologia a Escola Superior de Guerra (ESG). Dentre as suas ações, a ESG foi responsável pela disseminação, dentro das Forças Armadas, de normas de desenvolvimento ligadas a valores empresariais embasadas numa lógica técnica, doutrinação de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseados nas premissas do capitalismo hemisférico, além de pregar um discurso de “merecimento” de controle da elite sobre as massas com base em sua “razão de ser”.

A aproximação ideológica entre os militares brasileiros e empresários e seus pontos de vista em comum quanto aos caminhos e meios que levariam ao crescimento industrial foram traduzidos no acordo militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos. A seção 516 da sua "Lei de Segurança Mútua" expunha a necessidade de se encorajar "a eliminação de barreiras e de se proporcionar incentivos para um aumento constante na participação da empresa privada no desenvolvimento dos recursos dos países estrangeiros e desencorajar, na medida do possível e sem interferir na realização dos

objetivos dessa lei, a prática de monopólio e de cartel que prevalece em certos países. (Dreifuss, 1981, p. 79).

Não seria possível à elite orgânica realizar tais ações sem que houvesse uma unidade interna forte e organizada, então passaram a se organizar por meio de grupos de ação política e ideológica tendo, segundo Dreifuss, o complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD) como principal articulador do movimento que culminou nos fatos de 01 de abril de 1964. Ironicamente, o IBAD foi criado com o intuito de defender a democracia e operava de forma tímida para estabelecer conexões com chefes da indústria, do serviço público e do Exército, bem como mobilizar o público em geral, influenciar o legislativo e os governos estaduais, interferir em assuntos eleitorais nacional e regionalmente, apoiar alguns sindicatos, promover certos líderes camponeses e sindicais e estimular os movimentos de estudantes e organizações de pressão nas classes médias.

O **Dicionário de Política** (Bobbio et al, 1998) define que a democracia é aplicada quando há um “órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau;”, “todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores”, “devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada)” (Bobbio et al., 1998, p. 327). No entanto, de forma contraditória, durante as campanhas para as eleições de 1962, o Departamento de Ação Política do Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD) uniu forças com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) para patrocinar candidatos, moldando seus programas eleitorais em troca de apoio financeiro. Essa manobra antidemocrática buscava garantir a eleição de representantes alinhados com suas ideologias.

José Arthur Rios, figura chave do IPES/IBAD, revela que a Ação Democrática Popular (ADE), sob sua tutela, elaborou a lista de candidatos a serem financiados. Essa lista, jamais tornada pública, incluía apenas "democratas convictos e anticomunistas de primeira ordem", segundo a visão da elite orgânica (Dreifuss, 1981, p. 326). A seleção dos beneficiários da rede IPES/IBAD/ADE ignorava filiação partidária, priorizando a orientação ideológica, o que transcendia as linhas partidárias. Os candidatos eram obrigados a assinar um compromisso ideológico, jurando lealdade ao IBAD acima de seus partidos, combater o comunismo e defender o investimento estrangeiro.

Além disso, os candidatos apoiados pela rede precisavam se comprometer a integrar a Ação Democrática Parlamentar (ADP), liderada pelo deputado João Mendes, da União Democrática Nacional (UDN). Para influenciar a opinião pública e direcionar o voto, o complexo IPES/IBAD lançou mão de modernas e dispendiosas técnicas de pesquisa de opinião, pois o objetivo era estimular a participação política das classes médias, especialmente, e o voto e engajamento das mulheres. O clero também foi alvo de estratégias, com incentivo à sua participação eleitoral direta através de organizações políticas leigas e personalidades de direita influentes.

Embora mais novo, fundado em 1961 (dois anos após o IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), pode se dizer, foi responsável pela autoria de grande parte da articulação das ações que derrubaram João Goulart. Inicialmente, o IPES foi instituído como uma “agremiação apartidária” com fins educativos e cívicos, mas, por trás dessa fachada, suas atribuições não eram exatamente essas, se firmando como um centro de operações estratégicas em prol dos interesses desse partido da burguesia e seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar (Dreifuss, 1981, p. 164).

Composto por empresários e profissionais liberais, o IPES se apresentava como um centro de pesquisas e debates, e sua direção era formada por professores universitários, técnicos e peritos dispostos a mudar a “desagradável” situação em que o Brasil se encontrava. De modo geral, o IPES era um quebra cabeça com diversas peças, cada uma com seus próprios interesses e objetivos: associações de classe de diferentes setores da economia, sindicatos, grupos de pressão formados por lobistas e representantes da sociedade civil, escritórios de consultoria com *expertise* em economia, política e comunicação, anéis tecno-burocráticos compostos por funcionários públicos de alto escalão, ativistas militares e facções políticas de centro-direita.

Enquanto o IBAD atuava como uma unidade tática e se expunha mais à frente das atividades secretas, o IPES funcionava “por trás dos panos”¹ como centro estratégico. A elite orgânica do IPES ao ir atrás de seus interesses durante a mobilização de pessoas influentes, apresentava um plano tático estruturado para se chegar a “soluções” para os problemas do país e, para isso, fazia campanhas através da mídia afim de moldar a opinião pública e mobilizar as massas contra um inimigo em comum, além de tomar medidas econômicas contra empresas e entidades sociais que não se identificavam com a sua agenda ou que apoiavam o governo João Goulart, tudo para silenciar qualquer voz discordante e impor hegemonia ideológica. O Instituto

¹ O IBAD agia como uma unidade tática e o IPES como centro estratégico. De modo geral, o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas tomavam para si a glória ou insucesso das ações secretas, se expondo mais do que o IPES (Dreifuss, 1891, p.164).

ainda realizava doações de livros para crianças em situação de vulnerabilidade como uma estratégia para ganhar apoio popular e esconder suas reais intenções, o que reforçava a imagem de organização bem feita.

Para articulação e execução destas atividades, o IPES se estruturou por meio de unidades operacionais que produziam pesquisas, análises e estudos para embasar as decisões da organização e pôr em prática as diretrizes políticas do grupo, que visava atingir as seguintes áreas: comunicação, educação, trabalho e sindicatos, assistência social, atividades econômicas, levantamento de conjuntura, estudos, editorial, representação em Brasília e integração. Para além de suas áreas específicas, os grupos de ação do IPES se envolviam em atividades como influência no Congresso, manipulação da mídia, infiltração em movimentos sociais e aproximação com a Igreja.

Dentro desta conjuntura, Dreifuss destaca dois períodos no processo político e ideológico em que interesses multinacionais associados e seus intelectuais-empresários, políticos e militares assumiram o controle do Estado:

O primeiro período, usando uma expressão de Gramsci, foi de "transformismo molecular". Foram criados anéis burocrático-empresariais, escritórios técnicos e centros burocráticos e militares de doutrinação e disseminação ideológica, os quais se interligaram na sua visão programática das reformas de Estado necessárias formando os incipientes intelectuais orgânicos do bloco de poder multinacional associado [...] O segundo período abarca os três anos de João Goulart no governo, de 1961 a 1964, período este em que as novas forças sócio-econômicas, em seu anseio de poder político, tentaram destituir o Executivo de sua autoridade e arrancar das forças populares o ponto de apoio que elas haviam conseguido na condução dos assuntos estatais. (Dreifuss, 1981, p. 106-107).

Neste movimento de doutrinação geral, a atuação da elite orgânica do complexo IPES/IBAD sobre a imprensa também começou antes do golpe de 1964, como um preparo para o alcance de seus objetivos. Sob cobertura do IBAD, a elite orgânica fez campanha através da mídia contra o desviante ou irresponsável comportamento político de empresários individuais que não se ajustavam à exigida oposição ao governo de João Goulart.

Para isso, a Ação Democrática Popular (ADE) do IBAD desempenhou papel significativo e desenvolveu duas campanhas básicas: a primeira consistia em pressionar economicamente as empresas privadas e entidades sociais que não se identificavam com os seus ideais políticos ou que apoiavam as diretrizes governamentais, enquanto a segunda fazia o direcionamento político da opinião pública e empresarial contra o governo nacionalista e determinadas figuras públicas. "A campanha através da mídia foi muito útil às tentativas da elite orgânica de consolidar uma frente conservadora de opinião pública com objetivos

modernizantes, em consonância com metas empresariais e em oposição às tentativas nacional-reformistas de João Goulart” (Dreifuss, 1981, p. 167), aponta o autor.

Com o intuito de preparar sua estratégia e tática para a ação, a elite orgânica do IPES era estruturada através de uma cadeia de unidades operacionais divididas em grupos de estudo e ação, que operavam em dez principais áreas de ação política e ideológica: Forças Armadas, Congresso, Executivo, classe empresarial, sindicatos, classe camponesa, Igreja, partidos políticos, mídia e nas camadas intermediárias (Dreifuss, 1981, p. 185). A atuação desses grupos consistia em atividades de influência parlamentar, persuadindo legisladores, manipulando a opinião pública e integrando as diferentes frações econômicas e facções políticas da burguesia em uma ampla frente antigoverno, além de tentar romper e penetrar ideologicamente as organizações de classes trabalhadoras e o movimento estudantil, influenciar a Igreja e as Forças Armadas.

Os grupos de Estudo e Ação do IPES eram divididos em: Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC), Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), Grupo de Opinião Pública (GOP), Grupo de Publicações/Editorial (GPE) e Grupo de Estudo e Doutrina (GEP), sendo que no tocante às atuações com a imprensa, estavam ligados o GOP e o GED. O GOP tinha como foco disseminar os objetivos e atividades do IPES por meio da imprensa falada e escrita divulgando os resultados de suas pesquisas e estudos por todos os meios disponíveis.

Para dissimular o seu verdadeiro propósito, evitava-se o uso dos termos “opinião pública”. Ao contrário, os ativistas do complexo IPES/IBAD falavam de “divulgação” e “promoção”, sendo o último o nome de uma das “subsidiárias” do IBAD, a Promotion S.A., encarregada de propaganda. Era tão importante o Grupo de Opinião Pública, que o General Herrera o considerava como “a base de toda a engrenagem”. Da mesma forma, para o líder José Luiz Moreira de Souza, “conquistar a opinião pública” era a essência da ação política. (Dreifuss, 1981, p. 192).

Por isso, fazia parte do escopo do GOP realizar os objetivos básicos e necessários do IPES para a construção das bases que culminariam na crise de Estado de 1964, “preparando o campo para ações públicas e encobertas e conferindo à campanha continuidade e repercussão ampla” (Dreifuss, 1981, p. 193). Os integrantes do GOP atuaram desenvolvendo a penetração ideológica nas massas, controlando a oposição, protelando a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedindo a consolidação da posição nacional-reformista nas Forças Armadas, bem como barrando a formação de amplo apoio político das classes médias ao governo de João Goulart.

Já o GED era a “estufa ideológica” do IPES, formado por um agrupamento de unidades de pesquisa de diretrizes, que forneciam material para o Grupo de Levantamento da Conjuntura e o Grupo de Publicações. Os trabalhos e estudos produzidos pelo GED eram considerados básicos para a “formação da opinião pública”, pois se tornavam a base para teses e diretrizes a longo prazo, assim como projetos de lei e emendas apresentados no Congresso por parlamentares amigos, além de fornecer a análise crítica de projetos e pesquisa de *background* para a frente política organizada pelo IPES no Congresso, legislaturas e governos estaduais, através do Grupo de Ação Parlamentar que, por sua vez, patrocinava o seu canal de difusão, a Ação Democrática Parlamentar.

Encarregava-se da campanha de levar a mensagem ideológica do IPES aos vários setores do público e de converter trabalhos que fixavam posições e diretrizes em ação política, supervisionando e coordenando a ação político-ideológica. nas várias populações-alvo: trabalhadores de indústria, funcionários públicos e privados, camponeses, estudantes, mulheres das classes médias e a Igreja. (Dreifuss, 1981, p.198).

Esse grupo também era responsável pela coordenação das atividades externas dos membros do IPES como conferências, seminários, congressos profissionais e ocupacionais e em mesas-redondas de temas diversos, como a sonegação de impostos e a segurança nacional. O GED ainda supervisionava a ação do IPES na mídia, preparando os argumentos para exposição e discussão, fornecendo linhas ideológicas e coordenando o material de propaganda sobre figuras políticas importantes, sindicalistas, empresários e personalidades artísticas ou literárias que fossem peças chave nas apresentações de televisão e rádio.

Em suma, através das unidades operacionais dos grupos de Opinião Pública (GOP) e Estudo e Doutrina (GED), o complexo IPES/IBAD criou uma extraordinária equipe capaz de articular, canalizar apoio e estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública, por meio de seu relacionamento especial com alguns dos mais importantes jornais do país, dentre eles O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, fazendo com que jornalistas profissionais atuassem como manipuladores de notícias. No caso de O Estado de S. Paulo, influentes jornalistas e editores no veículo estavam diretamente envolvidos no GOP.

Todos esses jornais também mantinham sua própria e acirrada campanha editorial, que beneficiava a elite orgânica. Tudo isso era ajudado pelo controle que o complexo IPES/IBAD tinha sobre as agências de notícia e canais de informações em todo o país e o seu relacionamento especial com companhias de publicidade e anunciantes. O IPES se certificava de que os editores dos mais importantes jornais do país dirigissem seus próprios jornais de fato e em nome, conforme a linha da elite orgânica. (Dreifuss, 1981, p. 234).

A forma de atuação do complexo IPES/IBAD sobre os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** pode ser ancorada sobre a promoção do capital comunicacional (Viana, 2015), um fenômeno da sociedade moderna que subordina os produtos dos meios de comunicação ao capital, ao mercado, de modo que a imprensa também integre o próprio capital. Segundo o autor, “o capital comunicacional é aquele voltado para o investimento capitalista nas empresas de comunicação, cada vez mais oligopolistas” (Viana, 2019, p. 26), indo além de sua função de produção e disseminação de notícias, visando o lucro e domínio de espaço de relevância nas grandes sociedades como “empresa” e não mero agente de social. Ou seja, uma vez que os jornais passaram a ser, de fato, empresas e grandes monopólios, necessitam de lucro para a sua manutenção, e não se pode haver a ilusão de que sempre atuarão em prol de interesses sociais e do proletariado. Muitas das decisões editoriais são tomadas considerando os lucros, o que é feito por meio de parcerias estratégicas e posicionamentos que levassem a um maior número de vendas.

Dentro dessa lógica, para que seja possível à máquina midiática penetrar na sociedade alinhada aos seus objetivos capitalistas, “a mensagem se transforma em mercadoria, que possui valor de uso e valor de troca” (Viana, 2019, p. 34), tendo, para os proprietários dos meios de comunicação, o valor de troca, enquanto que para os consumidores, valor de uso. Quando pensamos na grande mídia, representada aqui pelos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, há uma concentração e centralização do capital por serem propriedades privadas de grandes empresas, dessa forma “o caráter assimétrico e vertical se amplia, se tornando um poderoso instrumento de controle social e nas mãos de poucas empresas capitalistas” (Viana, 2019, p. 35).

Segundo Pires (2007), no tocante ao período histórico em foco, “os veículos de comunicação de propriedade burguesa decidiram promover o golpe militar e legitimar os governos constituídos após 1964 por verem atendidos seus interesses capitalistas e de manutenção de classe no poder” (Pires, 2007, p. 311). Por trás dos motivos políticos apontados no período, os jornais receberam benefícios econômicos para seguir posicionando-se favoravelmente ao regime militar, como aponta Nelson Werneck Sodré (1999, p. 440 apud. Silva, 2014, p. 3):

Em S. Paulo, antigo criador de aves e ovos, Otávio Frias de Oliveira, tornava-se por singular passe de mágica, proprietário da empresa jornalística Folha de S. Paulo, que mantinha três diários dos mais importantes da capital paulista. As operações em torno das emissoras de televisão e de rádio – redes inteiras, passando da noite para o dia, às mãos de testas de ferro de grupos econômicos estrangeiros já não eram mantidas em segredo.

O apoio e patrocínio do IPES a manifestos, produzidos por associações e categorias funcionais e profissionais, também ganhou espaço na imprensa entre 1962 e 1964. Um exemplo deles é o manifesto **Para o Brasil, para o seu Progresso e para a Felicidade de seu Povo, contra a desordem, a irresponsabilidade e a demagogia**, que foi apresentado pelas associações empresariais, federações, sindicatos de empregadores e o Lyons Clube e publicado em página inteira em **O Estado de S. Paulo**. Isso se dava porque um dos temas que mais chamava a atenção dos legisladores era o da segurança nacional, conceito que, na visão do IPES, não poderia ser restrito às esferas de defesa militar do país e, para deixar isso claro, realizavam ações também nos campos políticos, econômicos, psicossociais, mostrando que esta não era apenas de responsabilidade dos militares, mas de todos os órgãos da administração pública.

Além da imprensa escrita, o rádio e a televisão também foram importantes meios de disseminação das mensagens de interesse do complexo IPES/IBAD para a doutrinação das massas e ataques ao poder Executivo. No caso do rádio, como grande parte da população era pobre, analfabeta e não tinha acesso aos jornais e a televisão, o IPES não patrocinava abertamente os programas, mas havia um tipo de apoio, principalmente aos programas semanais anticomunistas, dirigidos a um público de classes trabalhadoras, como os da Rádio Tupi de São Paulo, além de figuras públicas, conferências e discussões, diferente do modo como atuava na TV.

No tocante às classes sociais, num país com altos níveis de desigualdade, a utilização das classes médias como uma massa de manobra era a maior conquista do IPES na mobilização política e ideológica, pois os partidos e frentes tradicionais não conseguiram cativá-la de forma ampla.

A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. [...] Mas a mobilização das classes médias era sobretudo uma campanha ofensiva, projetada para acentuar o clima de inquietação e insegurança e dar a aparência de um apelo popular às Forças Armadas para uma intervenção militar. (Dreifuss, 1981, p. 291).

Para além disso, olhando para o governo, como aponta Rêgo, a “ação direta dos políticos conservadores e militares na mídia, foi no sentido de se construir no imaginário simbólico do povo uma imagem do perigo que o presidente João Goulart e seus aliados representavam ao propor a reforma agrária e ao desejar a redistribuição de renda para a nação” (Rêgo, 2004, p.

7), políticas que passaram a ser mostradas como uma ameaça à segurança nacional para fazer com que as classes médias se mobilizassem.

As classes médias viam seu status ameaçado e enfrentavam uma agitação política incomum devido à anos de política elitista. Nesse contexto, o objetivo estratégico do complexo IPES/IBAD era levar a estrutura política a uma crise, onde os civis apoiariam soluções extraconstitucionais e os militares seriam compelidos a intervir. As táticas da elite orgânica visavam bloquear as diretrizes reformistas e isolar o Executivo do apoio da classe média. Ao impedir o governo de legislar pelo Congresso, forçariam a mobilização popular, alienando amplos setores das Forças Armadas e estimulando o descontentamento do povo, o que era convenientemente transmitido pela mídia do complexo IPES/IBAD.

O controle do Congresso, em especial o Executivo, era vital para o bloco nacional-reformista, visando implementar seu ambicioso programa de reformas. Entretanto, as forças políticas conservadoras e reacionárias tentavam manter o controle do Senado e da Câmara de Deputados para bloquear a aprovação de legislação conducente e substanciais reformas nacionais, fazendo com que o Congresso se tornasse um campo de batalha e palco de intensa propaganda pela Frente Parlamentar Nacionalista e pela Ação Democrática Parlamentar. Toda essa atuação no Congresso era vital para partidos e grupos e, por isso, se fazia crucial a cobertura e o tratamento dado pela mídia aos acontecimentos e personagens políticos envolvidos.

Indiretamente a elite orgânica contribuía para a campanha de seus candidatos, criando um clima político favorável da mídia, proporcionando a eles e suas ideias extraordinária projeção, bem como suprindo-os de ajuda intelectual, isto é, modelos de discursos bem preparados para pronunciamentos públicos e outras formas de intervenção no Congresso. (Dreifuss, 1981, p. 291).

Por um período considerável o complexo IPES/IBAD esteve no centro dos acontecimentos dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar, que culminou em 31 de abril de 1964. Então, a partir deste fato, as posições de poder foram ocupadas por muitos integrantes do complexo, além de apoiadores que haviam participado da campanha para depor João Goulart, conter a esquerda e o trabalhismo, e que continuaram a moldar a visão dos setores empresariais sobre assuntos econômicos e questões políticas.

Além de sua campanha para asseverar seus pontos de vista entre os empresários, o IPES lutou para moldar as atitudes e os sentimentos do público em geral. Isso foi feito por intermédio da atividade dos profissionais liberais a eles ligados e envolvidos em questões econômicas, através da mídia. Esses ativistas e colaboradores estavam encarregados, das páginas econômicas de O Globo, do Jornal do Brasil e do Estado de S. Paulo, bem como das publicações

da Fundação Getúlio Vargas, do EPEA e do IBRE, todos eles influentes moldadores de opinião. (Dreifuss, 1981, p. 451).

O IPES desempenhou o papel de ser a "voz da revolução", tanto nacional quanto internacionalmente, orientando a opinião pública por meio da mídia e publicações, moldando as reações do público a medidas governamentais, mas agindo como um órgão independente, que ocultou suas ligações com o governo e atuou como um "cão de guarda" do governo democrático, tentando conter dissidências militares e a expansão do papel do Estado na economia. Seu foco incluiu a gestão da imagem do governo, promoção de indivíduos, e desativação de críticas oriundas de alguns setores da nova estrutura de poder.

Postos os fatos, fica claro que os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** tiveram participação considerável no processo de construção da memória, tomada de poder e atuação durante a ditadura civil militar, uma vez que ambas as corporações visavam o lucro, dentro da lógica do capital comunicacional, transformando seus produtos em mercadoria, alinhados aos interesses capitalistas (Viana, 2019, p. 34). Como bem diz Le Goff (2003), a memória é um elemento essencial e constituidor das identidades, e a relação de poder concorrencial se estabelece uma vez que todos que objetivam dominar as sociedades de alguma forma procuram se tornar senhores da memória e do esquecimento. “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (Le Goff, 2003, p. 422).

Além disso, não podemos nos esquecer que isso também ocorre porque “em momentos de censura e manipulação da mídia e do jornalismo, os discursos são direcionados e a memória é enquadrada, por vezes construída e deturpada” (Rêgo, 2004, p. 8) para que se tenha um domínio do que é publicado e debatido, numa forma de seleção do que de fato é de “interesse público” (definido por um grupo). Podemos definir esse fato da seguinte forma: A fronteira entre o dizível e o indizível separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 6).

3.2 Mulheres na política na ditadura: candidaturas e cassações de mandatos

Ao analisar as cassações dos mandatos das deputadas federais eleitas durante a ditadura civil militar e a participação delas no Congresso, não há como o fazer de forma abrangente sem traçar um comparativo entre os pleitos anteriores à ditadura e as primeiras eleições sob a égide do regime ditatorial, bem como mapear a quantidade de candidaturas e eleições e a diferença

em relação aos homens, com base em um levantamento realizado no portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponível *online*.

Considerando desde 1950, a partir de quando há dados disponíveis no portal da Câmara dos Deputados para que seja viável a comprovação efetiva das informações oferecidas pelo portal de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos 1.448 candidatos, haviam 17 mulheres, representando 1,17% do total, e 1431 homens (98,83%). Dos eleitos, 302 foram homens e duas mulheres conseguiram cadeiras no plenário, o que resultou em uma taxa de sucesso de 0,66% para as candidaturas femininas, contra 99,34% para as masculinas. Esse cenário evidenciava as dificuldades de aceitação das mulheres no espaço político, onde, apesar de algumas tentativas, a representatividade era extremamente baixa.

Já no pleito seguinte, em 1954, houve um pequeno aumento nas candidaturas femininas, que passaram para 18 entre os 1.104 candidatos, representando 1,63% do total de candidatos. Neste panorama, duas mulheres foram eleitas novamente, contra 324 homens, de modo que o Congresso passou a ter 99,39% de representantes de sexo masculino e 0,61% do sexo feminino, o que sugere que, embora o número de candidatas tenha levemente crescido, o reconhecimento e o apoio à eleição de mulheres ainda eram insuficiente para gerar grande impacto.

Caminhando para 1958, ocorreu uma diminuição na quantidade de candidaturas femininas para 7, representando 0,65% do total de 1.069 candidatos, e só uma delas foi eleita, ante 332 homens. Com isso, dentre os eleitos, 99,70% eram homens e 0,30% mulheres - a menor proporção desde o início da análise em 1950 - refletindo uma persistente dificuldade de avanço e sugerindo uma queda no apoio para que as mulheres se lançassem na política. Esse contexto pode indicar uma falta de incentivo ou até um ambiente de maior resistência à representatividade feminina naquele período.

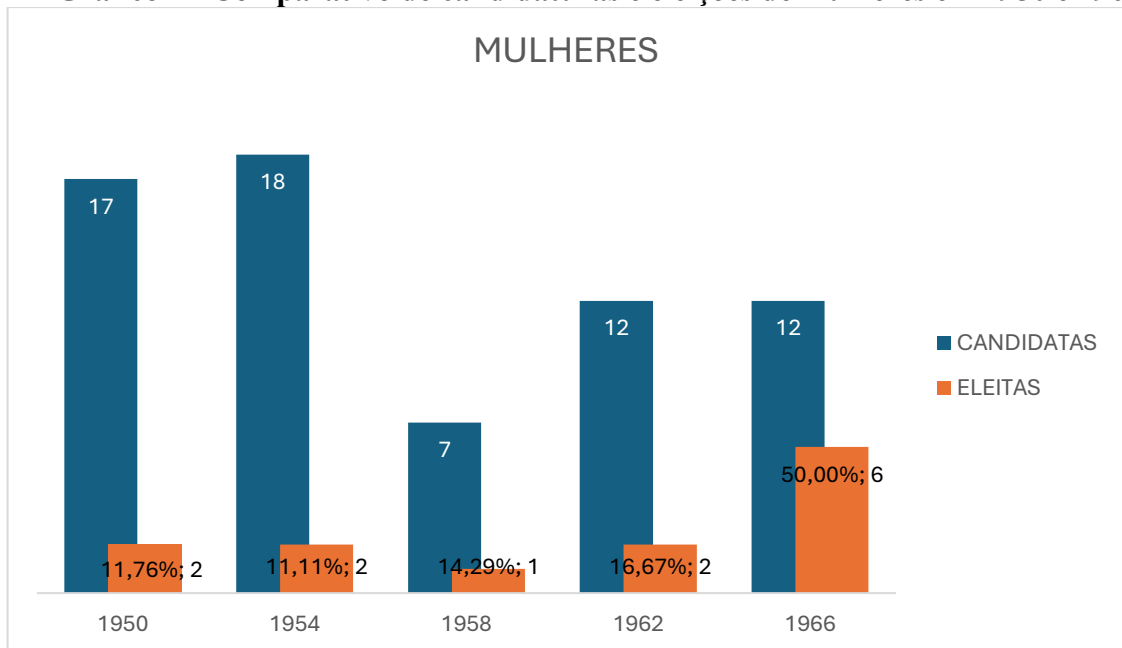
Em 1962, 12 mulheres se candidataram ao cargo de deputada federal dentre os 1.114 candidatos, representando 1,08% do total, e duas foram eleitas: Ivete Vargas, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Neco Novaes, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Do total de eleitos, 363 eram homens (99,45%) e, como falado anteriormente, 2 mulheres, (0,55%), o que indica uma leve melhora em relação às eleições anteriores. Esse avanço reflete que as mulheres começaram a romper algumas barreiras e mesmo que o número de eleitas continuasse muito pequeno para gerar um impacto significativo, foi o caminho para a construção da história acerca dos espaços ocupados por elas e seu papel social.

Por fim, nas eleições de 1966, houve um marco importante para as mulheres na política. Com 12 candidaturas femininas – mesmo número de 1962 –, o sucesso delas nas urnas aumentou significativamente, com seis mulheres sendo eleitas. Esse resultado representou um

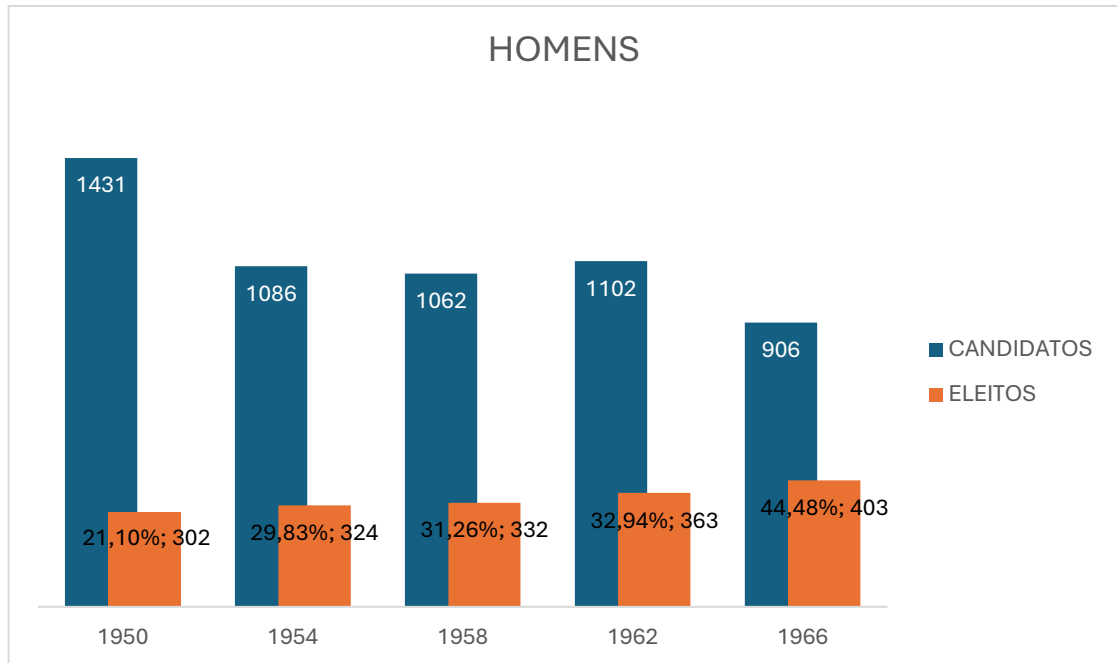
crescimento de 200% no número de mulheres eleitas em comparação a 1962, com uma taxa de sucesso feminina de 50%, superando a taxa masculina de 44,48% (considerando mulheres candidatas e eleitas, contra homens candidatos e eleitos), e representatividade de 1,47% na Câmara, a maior dentre todo o período analisado.

Mesmo os homens ainda representando maioria no congresso em 1966, com 397 representantes a mais do que as 6 mulheres, um número 6.000% maior, esse ano se destacou como o período de maior representatividade feminina na Câmara dos Deputados até então, evidenciando que, apesar das limitações impostas pela ditadura e as normas sociais da época, estavam rompendo barreiras e ampliando seu espaço de representação para a construção da memória feminina na política brasileira.

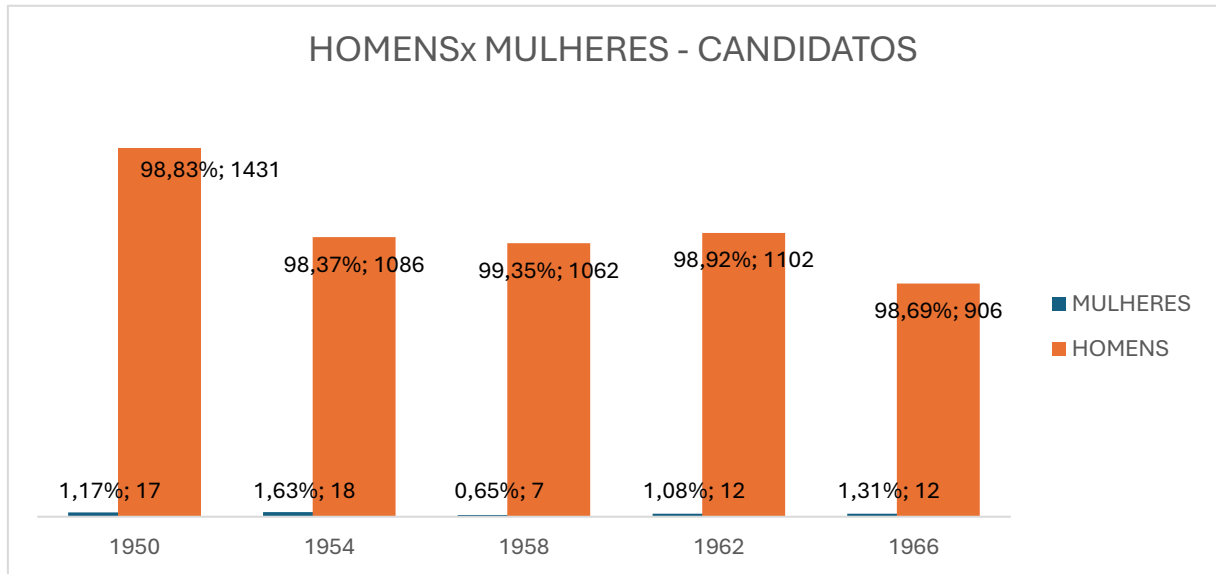
Gráfico 1 - Comparativo de candidaturas e eleições de mulheres em 1950 e 1966



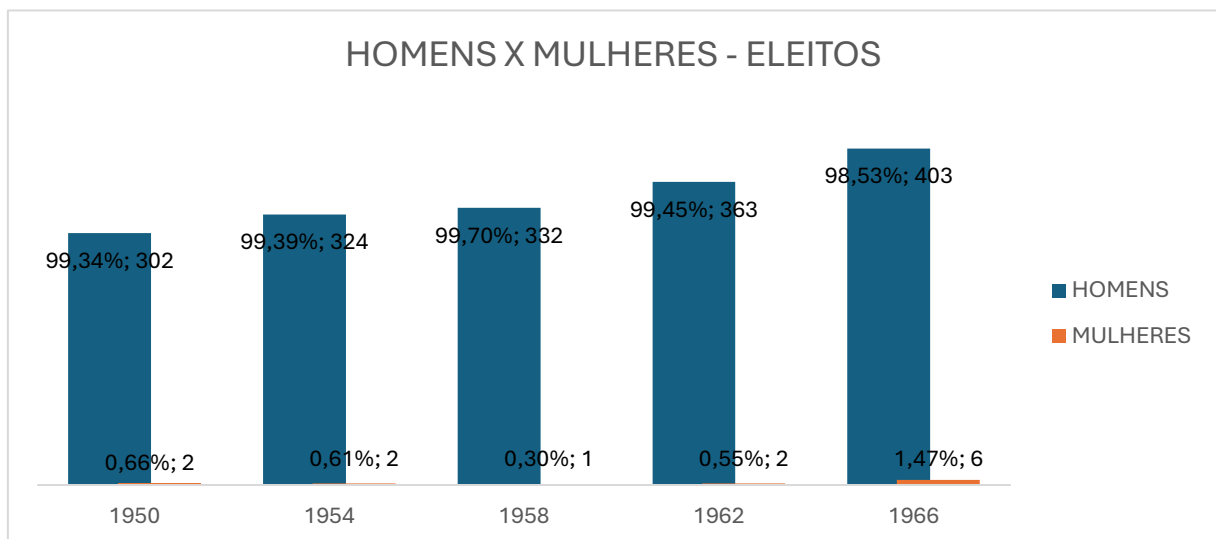
Fonte: dados da autora (2024).

Gráfico 2 - Comparativo de candidaturas e eleições de homens em 1950 e 1966.

Fonte: dados da autora (2024).

Gráfico 3 - Comparativo de candidaturas de homens e mulheres entre 1950 e

Fonte: dados da autora (2024).

Gráfico 4 - Comparativo de homens e mulheres entre eleitos 1950 e 1966.

Fonte: dados da autora (2024).

De modo geral, a participação feminina no cenário político brasileiro nunca se deu de forma igualitária, por conta de uma cultura machista estrutural. No entanto, a repressão imposta pelo regime, com as cassações dos mandatos e suspensão dos direitos políticos, eliminou a possibilidade de aumento da representatividade feminina na Câmara e interrompeu a trajetória das 5 deputadas federais diretamente impactadas. Em um período em que essas mulheres começavam a ganhar visibilidade e questionar a ordem estabelecida, mesmo que por interesses

ligados ao capital, a ditadura atuou como um agente de reforço da cultura patriarcal e autoritária, afastando-as das esferas de poder.

Esse contexto impactou profundamente a memória sobre as deputadas federais cassadas, uma vez que o apagamento institucional e a censura impediram o registro igualitários e a celebração de suas atuações, levando a uma invisibilidade histórica. Esse duplo silenciamento, político e histórico, dificultou a construção de uma memória coletiva sobre suas contribuições, fazendo com que o papel dessas deputadas no fortalecimento da representação feminina fosse esquecido ou subestimado nas narrativas posteriores.

Historicamente, a discussão sobre a participação feminina na política no Brasil, por meio do direito ao voto, tem início formal com a Constituição de 1824, outorgada por D. Pedro I. O documento referia-se apenas a participação de “cidadãos ativos”, termo que refletia a influência do modelo francês, onde mulheres eram consideradas cidadãs passivas, sem direito ao voto (MARQUES, 2019). Dessa forma, mesmo sem uma exclusão clara, a interpretação prevalente na época era de que as mulheres não deveriam participar politicamente².

Com o passar dos anos, mesmo após a instauração da República em 1889, ainda havia uma falsa ideia de que se elas pudessem votar haveria hierarquia entre os sexos e os cuidados com o lar e a criação dos filhos ficariam em segundo plano, o que comprometeria toda a estrutura social, levando à dissolução da família. Um exemplo dessa concepção pôde ser vista durante as discussões da primeira Constituinte Republicana no tocante ao direito do voto às mulheres, em que o deputado Lacerda Coutinho pontuou:

Dai a mulher as funções políticas; e quando o homem, procurando refazer-se das lutas da vida externa, buscar o remanso do lar, já não encontrará aí o conselho nos momentos de hesitação, o aplauso e a congratulação nos dias de triunfo, mas sim uma nova luta, muito mais penosa, muito mais cruel, pois será então a metade de si mesmo que se voltará contra a outra metade. (Rouré 1978, p. 284).

O direito de voto feminino no Brasil só foi efetivamente conquistado em 1932, com o decreto nº 21.076 do Código Eleitoral, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Esse marco histórico foi resultado do movimento sufragista internacional e da atuação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, refletindo avanços significativos na participação política das mulheres no país. Do ponto de vista das candidaturas e exercício de mandatos, a primeira mulher a ocupar um cargo na Câmara dos Deputados foi Carlota Pereira de Queiroz, eleita em

² Anos mais tarde, durante as Regências em 1831, José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Alves Branco apresentaram um projeto de reforma do sistema eleitoral que incluía o voto feminino em eleições locais para mulheres chefes de família, que enfrentou resistências e acabou não sendo discutido devido a crises políticas.

1934 à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda da Chapa Única por São Paulo Unido, indicada pela Federação dos Voluntários. Nos debates para o desenvolvimento da Constituição Brasileira de 1934, integrou a Comissão de Saúde e Educação, sendo responsável pelo primeiro projeto para a criação de serviços sociais e a emenda que viabilizou a Casa do Jornaleiro e o Laboratório de Biologia Infantil. Após a promulgação da Constituição, em 17 de julho de 1934, foi eleita deputada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo e permaneceu na Câmara até 1937, quando foi instaurado o Estado Novo (1937-1945).

João Batista Cascudo Rodrigues (2002), aponta que os direitos políticos não eram vistos como intrínsecos aos direitos civis, servindo como produtos secundários, isso porque, para que uma mulher casada exercesse qualquer profissão formal, indo além dos limites do lar e das atividades domésticas, se fazia necessária a autorização do marido. Legalmente, as mulheres só passaram a ser minimamente vistas em pé de certa igualdade e colaboradoras de seus maridos com a sanção do Estatuto da Mulher Casada em agosto de 1962, que alterou consideravelmente o Código Civil Brasileiro, mesmo mantendo o marido como chefe da sociedade conjugal.

Anos mais tarde, com o fim da ditadura militar, um significativo avanço para a participação das mulheres no Congresso Federal aconteceu durante a Assembleia Nacional Constituinte para a Constituição Federal de 1988, quando, entre 487 cargos de Deputados Federais, 26 mulheres foram eleitas (Fonseca; Fachin, 2018, p. 6). A atuação delas tinha propósitos firmes e bem definidos na valorização do sexo feminino e na busca da igualdade. Com a bancada feminina devidamente instalada, “as mulheres começaram a ser vistas e mesmo que por vezes com ideias divergentes, mostravam-se convergentes aos temas de relevância para as mulheres” (Fonseca; Fachin, 2018 apud Azevedo; Rabat, 2012).

Os fatos explicitam que a tentativa de exclusão das mulheres dos espaços considerados masculinos tem impacto direto na construção de memória sobre elas, além de refletir processos mais gerais de exclusão social, os quais apresentam dois aspectos: Um deles diz respeito a ao lugar socialmente destinado as mulheres na história, voltadas para a vida cotidiana e longe dos centros de decisão e poder, fato que as torna invisíveis em narrativas históricas centradas nos grandes eventos que tomam o espaço público; O segundo aspecto refere-se à pura omissão de consulta aos documentos que atestavam a presença das mulheres no espaço público e nas lutas sociais, como, por exemplo, nas barricadas da Revolução Francesa (KOSHIYAMA, 2001, p. 3). Os estudos históricos não privilegiam o olhar sobre as mulheres, pois fazer de conta que elas não existiam ajudava a construir a memória coletiva sobre elas como seres sem identidade própria, “reforçando a visão da mulher complemento do homem, Eva costela de Adão” (Koshiyama, 2001, p. 2).

Antes de prosseguirmos, seria bastante contraditório por parte desta pesquisa levantar a hipótese de construção de memória das cinco deputadas eleitas e cassadas durante o período da ditadura civil militar pela imprensa sem que isso fosse feito ao longo deste texto. Por isso, é apresentada a seguir a trajetória de cada uma delas.

3.2.1 Ivete Vargas

Ivete Vargas, ou Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins, nasceu em São Borja em 1927 1969 (Brasil, [201-?a]) e era sobrinha-neta do presidente Getúlio Vargas. Iniciou sua carreira na imprensa com apenas 15 anos no Rio de Janeiro, tendo sido colaboradora do jornal Brasil-Portugal — que, em 1947, passou a se chamar Diário do Povo —, além dos jornais cariocas Diretrizes e Radical e no matutino paulista Folha da Manhã (CPDOC, [202-e]).

Cursou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, licenciando-se em Geografia, História e Letras Neolatinas e logo se engajou na vida pública (Brasil, [201-?a]). Em 1950 foi eleita deputada federal pelo Estado de São Paulo sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o que marcou o início de 5 eleições ininterruptas até o pleito de 1966, o mesmo que levou à sua cassação em 1969 (Brasil [201-?a]), em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968³.

Em sua primeira eleição, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, sendo designada para várias missões no exterior e, como embaixatriz especial, representou o Brasil em diversas ocasiões de solenidade ao redor do mundo (Brasil, [201-?a]). Escolhida vice-líder do PTB na Câmara dos Deputados em outubro de 1957, em muitos momentos, a presença de Ivete quebrou recordes, como no pleito de outubro de 1954, quando foi reeleita para a Câmara dos Deputados com 48.202 votos (Brasil, [201-?a]), obtendo a segunda maior votação do estado e a primeira de seu partido, bem como em 1958, quando alcançou expressiva votação, com quase 80 mil votos, a segunda do estado e a primeira do partido (CPDOC, [202-e]).

Ainda em 1957 assumiu a presidência do PTB de São Paulo e, durante essa legislatura, integrou a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), grupo interpartidário criado em 1957 que visava combater o capital estrangeiro, a remessa de lucros e a defesa de uma política autônoma para a economia nacional. No pleito seguinte, em 1962, Ivete reelegeu-se deputada federal,

³ Expedido pelo Decreto de 16 de janeiro de 1969 e publicado no D.O. de 17/1/1969, página 554.

mas, dessa vez, pelo Rio de Janeiro e na legenda da coligação formada entre o PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), com registro de 28.067 votos (Brasil, 2021).

Ivete Vargas assumiu um papel crucial na resistência ao regime militar durante o governo do Marechal Humberto Castelo Branco, ao alçar-se como vice-líder da oposição (CPDOC, [202-e]), na tentativa de combater as medidas autoritárias instauradas após o golpe de 1964. Com a dissolução dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965 e a imposição do bipartidarismo, optou por filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, nas eleições de novembro de 1966, mesmo sob forte repressão, candidatou-se e foi eleita deputada federal por São Paulo, reunindo exatos 34.491 votos (Brasil, 2021).

Em meados de 1978, afastada da cena política desde a sua cassação, iniciou a campanha pela rearticulação do PTB, fazendo da carta-testamento de Vargas a bandeira do novo partido. Por essa época encontrava-se no exílio em Nova Iorque o ex governador gaúcho Leonel Brizola, sobre quem recaía a expectativa de unificação nacional para os trabalhistas, e Ivete foi ao seu encontro, mas não conseguiu qualquer acordo. Recusando-se a abrir mão de sua liderança na organização do partido, ela então retornou ao Brasil decidida a encaminhar por conta própria a rearticulação do PTB. Assim, em março do ano seguinte — mês em que Figueiredo foi empossado na presidência — sete ex-deputados trabalhistas, entre eles Ivete Vargas, lançaram um comunicado à nação noticiando a fundação do novo PTB (CPDOC, [202-e]).

Com a aprovação do projeto de anistia do governo em 28 de agosto de 1979, Brizola retornou ao país e tencionou-se uma disputa entre a reconstituição de um PTB por Ivete e pelo ex-governador. Bastante alinhada às tramitações no Congresso, num movimento de antecipação a lei de extinção do bipartidarismo, que seria sancionada em 29 de novembro, a comissão diretora do PTB de Ivete requereu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 21 do mesmo mês o registro provisório do partido (CPDOC, [202-e]). Mesmo com a tentativa de registro da sigla pela equipe de Brizola — uma semana depois, o TSE decidiu o pedido em favor de Ivete e o novo PTB, sob sua presidência, conseguiu assim o registro provisório. O grupo brizolista apontava essa concessão como uma “manobra governamental” destinada a usurpar a legenda para transformá-la em “símbolo de um partido biônico e patronal”.

Em todo caso, inicialmente, o partido liderado por Ivete se ressentia da falta de adesões de parlamentares, especialmente no Rio Grande do Sul — importante palco natural da rearticulação do PTB — onde o partido não obteve filiação de nenhum dos parlamentares trabalhistas, os quais se identificavam com o grupo de Brizola.

Na primeira convenção nacional do PTB, realizada em abril de 1981, Ivete foi reeleita para a presidência do partido. Em junho, defendeu a fusão geral dos partidos de oposição, tese

sustentada por Jânio Quadros como a única forma de superar os impasses gerados pela imposição da ditadura, mas, em outubro deste mesmo ano, o TSE decidiu indeferir o pedido de registro definitivo do partido, considerando irregular a sua situação em dois estados.

Imediatamente, a líder partidária entrou com recurso de embargo da decisão, alegando que fora tomada com base em informações equivocadas e, em novembro de 1982, candidatou-se a deputada federal por São Paulo e foi a concorrente mais votada de seu partido e a quarta colocada em todo o estado, com cerca de 265 mil votos (CPDOC, [202-e]). Antes mesmo de ser empossada, reconciliou-se com Brizola, que havia sido eleito governador do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982. Dessa reaproximação, nasceu a ideia de fusão do PTB com o Partido Democrático Trabalhista (PDT), chegando a surgir até o nome de uma nova legenda, batizada por Brizola de Partido Socialista do Povo Trabalhador do Brasil (PSPTB), proposta logo rejeitada por Ivete, que defendeu a manutenção da sigla PTB como condição a qualquer possibilidade de acordo. Ao final, a união dos dois partidos não chegou a se concretizar.

Empossada na Câmara em fevereiro de 1983, foi titular da Comissão de Relações Exteriores e assumiu a liderança da bancada do PTB, que, com apenas 13 deputados, passou a ser fundamental nas pretensões do governo federal em recuperar a maioria da representação parlamentar. Liderando pessoalmente os entendimentos do partido com o Executivo, Ivete Vargas apresentou uma lista de exigências básicas para a efetivação das negociações. Na pauta de reivindicações elaborada, constavam, entre outras propostas, a mudança na política salarial, a garantia da estabilidade no emprego após três meses de estágio probatório, a revisão da lei de greve e a alteração da legislação sindical.

Em junho de 1983, dizendo-se preocupada com o clima de instabilidade criado pela deflagração do processo sucessório, Ivete defendeu a reeleição de Figueiredo (CPDOC, [202-e]), sustentando a necessidade de elaboração de uma plataforma capaz de garantir o consenso das forças políticas, e que incluísse o compromisso de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de realização de eleições diretas para presidente da República no final do próximo mandato.

Em outubro de 1983, foi internada, algo rotineiro desde que descobrira um câncer, dois anos antes, e ficou no hospital até o início de dezembro. No entanto, seu estado de saúde bastante agravado a fez retornar alguns dias depois, situação que levou ao seu falecimento em 3 de janeiro de 1984, em São Paulo, em pleno exercício do mandato.

3.2.2 Julia Steinbruch

Júlia Vaena Steinbruch nasceu em 28 de maio de 1933, na cidade do Rio de Janeiro, e se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1956 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição em que também se doutorou em Direito Criminal dois anos depois. Antes de ingressar na carreira política em 1966 pelo MDB, atuou como procuradora do Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (Brasil, [201-?b]).

A candidatura de Júlia Steinbruch tinha como base três principais pilares: Apoio aos trabalhadores, às mulheres e a proteção das crianças. Sua proposta de destaque nas eleições de 1966 tratava da criação do 14º salário para as trabalhadoras gestantes, o que fez que com fosse eleita com 44.050 votos (Brasil, 2021), sendo a deputada federal mais votada do partido no estado. Após, seguiu seu mandato defendendo que as esposas dos trabalhadores fossem incluídas no Salário-família, além de ser crítica sobre a diferença de tratamento entre os funcionários públicos civis e militares do estado, uma vez que os militares recebiam o dobro de aumento salarial em relação aos civis e os generais recebiam salários acima dos ministros do governo (Brasil, [201-?b]).

Entre suas proposições como deputada, estão a extensão do salário família a todos os dependentes, então restrito aos filhos de até 14 anos, e a obrigatoriedade da educação sexual nas escolas, bem como a autorização a militares para utilização das instalações de quartéis e respectivos contingentes para criação de cursos de alfabetização e educação para crianças e adultos, todas arquivadas (Brasil, [201-?b]). Toda essa atuação lhe rendeu ao final de 1967 a inclusão na lista das dez parlamentares mais atuantes na Câmara dos Deputado organizada pelo jornal Manchete (Manchete, 1968).

Em 1969 teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968⁴. No entanto, dez anos depois, com o advento da Lei da Anistia sancionada pelo presidente João Figueiredo, ingressou no PTB (CPDOC, [202-a]) e, posteriormente, ocupou o cargo de procuradora-geral do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), sendo, em 1985, nomeada presidente da 6ª turma do Conselho de Recursos da Previdência Social (Brasil, [201-?b]), onde permaneceu até 1990, quando se aposentou do serviço público.

⁴ Expedido pelo Decreto de 11 de setembro de 1969 e publicado no D.O. de 12/09/1969, p. 7733/7734.

3.2.3 Ligia Doutel De Andrade

Nascida em Florianópolis, Santa Catarina, em 28 de setembro de 1934, Ligia Doutel de Andrade, iniciou sua vida política em 1966, após a cassação do mandato de seu marido, Armindo Marcílio Doutel de Andrade (CPDOC, [202-b]), em decorrência do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Filiada ao MDB, candidatou-se a deputada federal por Santa Catarina e, com a maior votação do partido no estado (43.495 votos) (Brasil, 2021), tornou-se a primeira voz feminina do povo catarinense no Congresso Nacional (Brasil, [2021]).

No parlamento, atuou nas Comissões Permanentes de Legislação Social e de Saúde, e integrou as Comissões Especiais de Valorização da Fronteira Sudoeste e para Emitir Parecer sobre Concursos de Prognósticos Esportivos. Em 1968, demonstrando seu compromisso com a investigação e busca por soluções para os problemas do estado, desempenhou papel crucial como relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para Apurar as Causas do Déficit da Estrada de Ferro Santa Catarina (Brasil, [201-?c]).

Em 1969, porém, teve seu mandato de Deputada Federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, em face do art. 4 do Ato Institucional nº 5⁵. Mesmo diante disso, não abandonou a política, participando, a partir de meados da década de 1970 do Movimento Feminino pela Anistia, que alcançou os seus objetivos com a conquista da Lei da Anistia em agosto de 1979 (MPSC, 2023).

Com o fim do bipartidarismo, foi cofundadora do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 1980 (Brasil, [201-?c]) e, em 1982, tornou-se a primeira mulher do partido a se candidatar ao governo do estado de Santa Catarina, mas não obteve vitória, pois, na ocasião, recebeu apenas 4.572 votos (MPSC, 2023). Desde então, não disputou mais nenhuma eleição, mas seguiu como importante figura da representatividade feminina na política brasileira.

Em 1988, representou o PDT na Internacional Socialista de Mulheres, exercendo por dois anos o cargo de vice-presidente para a região Brasil-Paraguai (Brasil, [201-?c]). Entre 1991 e 1994, a convite do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim), e ocupou o mesmo cargo novamente na gestão do governador Anthony Garotinho (1999-2002) (MPSC, 2023).

⁵ Expedido pelo Decreto de 30 de setembro de 1969 e publicado no D.O. de 01/10/1969, nas páginas 8271/8272.

3.2.4 Nysia Carone

Natural de Muriaé, Minas Gerais, Nysia Coimbra Flores Carone nasceu no dia 16 de outubro de 1928. Em 1949, se casou com o político Jorge Carone Filho, que se tornou prefeito de Belo Horizonte em 1961, mas foi deposto do cargo em 1965 pelo governo do estado a título de combater a corrupção e a inércia administrativa (CPDOC, [202-c]). Deposto, candidatou-se a deputado federal no pleito de novembro de 1966, mas, a quatro dias das eleições, teve seus direitos políticos suspensos pelo então presidente Humberto Castelo Branco, com base no Ato Institucional nº2.

Diante da cassação dos direitos políticos do marido, Nysia Carone, contadora e escrevente juramentada no cartório de que este era titular, lançou-se em seu lugar com pouco tempo para campanha (CPDOC, [202-c]). Sua candidatura a deputada federal pelo MDB, partido da oposição à ditadura civil-militar, a levou a vitória com 14.226 votos (Brasil, 2021), tornando-se a primeira mulher a representar Minas Gerais no Congresso Nacional.

No parlamento, integrou as comissões de Educação e Cultura e de Serviço Público Civil. Ao todo, apresentou 16 proposições, algumas delas voltadas à defesa dos direitos humanos e à anistia dos estudantes perseguidos pela ditadura, como o PL 1470/1968, que visava conceder anistia aos estudantes condenados ou acusados de quaisquer delitos, seja qual fosse a fase em que se encontrassem os respectivos processos e criação do conselho das reformas educacionais com a participação de estudantes, além do PL 43/1967, que tinha como objetivo dar anistia aqueles que foram atingidos pelo artigo 173⁶ da constituição de 1967 e aos acusados, processados ou condenados por crimes políticos desde 1º de abril de 1964, data do golpe militar (Brasil, [201-?d]).

Em 1968, Nysia teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, em mais um ato de repressão ditadura civil-militar. Mas isso não a silenciou, afinal, após a Lei da Anistia, em 1979, voltou a atuar como advogada, dedicando-se à defesa do consumidor no Serviço de Proteção ao Consumidor em Belo Horizonte (Brasil, [201-?d]). Faleceu em 4 de

⁶ O artigo 173 da Constituição Federal de 1967, aplicada no período de referência, decretava que ficavam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução de 31 de março de 1964, assim como pelo Governo Federal com base nos Atos Institucionais de 1 a 4, e nos Atos Complementares dos mesmos Atos Institucionais; as resoluções das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores que houvesse cassado mandatos eletivos ou declarado o impedimento de Governadores, Deputados, Prefeitos e Vereadores, fundados nos referidos Atos institucionais; os atos de natureza legislativa expedidos com base nos Atos Institucionais e Complementares referidos no primeiro item; as correções que, até 27 de outubro de 1965, houvessem incidido, em decorrência da desvalorização da moeda e elevação do custo de vida, sobre vencimentos, ajuda de custo e subsídios de componentes de qualquer dos Poderes da República.

março de 2009, aos 80 anos, em Belo Horizonte, vítima de insuficiência cardiorrespiratória (ALMG, 2009).

3.2.5 Maria Lúcia Melo de Araújo

Nascida em João Pessoa em 1935, Maria Lúcia Melo de Araújo se formou em contabilidade no Instituto Guanabara no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1954 (CPDOC, [202-d]). Casou-se com José Augusto de Araújo e, com a ascensão do marido ao governo do Acre, em 1963, tornou-se presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no estado (CPDOC, [202-d]).

Em 8 de maio de 1964, José Augusto foi forçado a renunciar ao cargo pelo comandante da 4ª Companhia Militar, capitão Edgar Pedreira de Cerqueira Filho, durante o episódio que ficou conhecido como 'Cercos ao Palácio', em que os militares cercaram o Palácio Rio Branco e exigiram que o governador renunciasse ou iriam invadir o local. Para evitar derramamento de sangue, José Augusto cedeu, porém, assinou a carta de renúncia apenas com suas iniciais, deixando claro que estava sendo obrigado a tomar aquela decisão (Marcel, 2014).

Após a deposição do marido, a família se exilou no Rio de Janeiro, onde residiam os pais de Maria Lúcia. José Augusto precisou ir ao Acre algumas vezes para responder a processos políticos, chegando a ficar preso no estado por 7 meses em uma dessas viagens e, tendo, em março de 1966, seus direitos políticos cassados por 10 anos pelo ditadura civil-militar.

Cassado, José Augusto não pôde mais se candidatar e os aliados dele então resolveram lançar o nome de Maria Lúcia a uma vaga para a Câmara Federal para o pleito de 1966. Haviam, no entanto, alguns empecilhos: além da saúde debilitada do ex-governador, que necessitava de cuidados, ela estava grávida e não poderia ir ao Acre. A solução foi escrever uma carta ao povo acreano, dando início a sua carreira política sob filiação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Marcel, 2014). Com isso, foi a primeira mulher eleita deputada federal pelo Acre com 2.421 votos, sendo a candidata mais votada do pleito no estado naquele ano (Brasil, 2021).

No Congresso, integrou, como titular, as comissões de Educação e Cultura e de Valorização da Amazônia e, como suplente, a Comissão de Serviço Público. Em 1968, integrou a CPI sobre Aplicação de Recursos de Incentivos Fiscais e Atualização da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (Brasil, [201-?e]). Permaneceu no Legislativo Federal até o dia 1º de outubro de 1969, quando teve o seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5.

Em 1979, com a Lei de Anistia, recuperou os seus direitos políticos e, com o fim do bipartidarismo, ingressou em 1980 no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação sucessora do MDB. Em março de 1983, foi nomeada, pelo recém-empossado governador Nabor Júnior (1983-1986), ao cargo de presidente da Fundação do Bem-Estar Social do Acre, permanecendo até maio de 1986.

Nas eleições de novembro de 1986, elegeu-se deputada federal constituinte pelo Acre. Ao assumir sua cadeira na Câmara dos Deputados em 1º de fevereiro do ano seguinte, no mesmo dia instalou-se a Assembleia Nacional Constituinte, na qual passou a integrar, como titular, a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e como suplente, a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher (Brasil, [201-?e]).

Durante a Assembleia Nacional Constituinte, defendeu ideias como o fim das relações diplomáticas com países racistas, jornada de 6 horas, aviso prévio proporcional, direito de greve, proteção do emprego, unicidade sindical, soberania popular, voto aos 16 anos, presidencialismo, nacionalização do subsolo, proibição do comércio de sangue, anistia para micro e pequenos empresários e proteção à empresa nacional (Brasil, [201-?e]). Votou contra a pena de morte, desapropriação para reforma agrária, mandado de segurança coletivo, criminalização do aborto, jornada de trabalho de 40 horas, estatização do sistema financeiro, limitação de juros e encargos da dívida externa, e criação de um fundo de reforma agrária (Brasil, 2024).

Após a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988, continuou a exercer apenas seu mandato regular de deputada federal. Em outubro de 1990, candidatou-se novamente ao Legislativo pelo PMDB, mas conquistou apenas a primeira suplência. Concluiu seu mandato na Câmara dos Deputados no final de janeiro de 1991, quando a legislatura também chegou ao fim (CPDOC, [202-d]). Não retornou à Câmara na legislatura seguinte e decidiu não se candidatar novamente.

4 A MEMÓRIA DAS DEPUTADAS FEDERAIS CASSADAS DURANTE A DITADURA-CIVIL MILITAR

Nesta pesquisa, se entende os jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** como importantes instrumentos para a formação e registro de memória que, como dito anteriormente, dada a censura (tanto interna quanto externa) imposta durante o período em foco, realizava uma seleção da memória a ser exposta aos leitores sobre os opositores da ditadura, no caso as mulheres eleitas como deputadas federais.

Seguindo o raciocínio de Ricoeur, a exposição dada às trajetórias, lutas e contribuições das deputadas federais cassadas pode ser analisada na órbita de uma “semiótica da cultura” (Ricoeur, 2007, p. 95), pois em todas as sociedades existe a formação de ideologias que atuam como fator de integração social e proteção da identidade, o que é feito por meio de uma forma de coerção sutil, influenciando os costumes em sociedades tradicionais e tornando a ideologia uma prática raramente identificada. De acordo com o autor, essa função estruturante da ideologia está quase sempre vinculada a de legitimação de um sistema de ordem ou poder “ordem, no sentido da relação orgânica entre todo e parte, poder, no sentido da relação hierárquica entre governantes e governados” (Ricoeur, 2007, p. 96) - que se entrelaça com um processo de distorção, ampliando sua influência.

Para auxiliar na concretização desse objetivo, os personagens são introduzidos simultaneamente na trama, de modo que a estrutura narrativa não apenas molde a identidade dos protagonistas, mas também defina os contornos da própria ação. Sobre esse fato, atestamos que “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração (Ricoeur, 2007, p. 98).

Em suma, os feitos das mulheres analisadas nesta pesquisa muitas vezes permanecem na esfera do indizível, dada a construção de uma narrativa enviesada pela memória social que favorecia certos grupos e interesses em detrimento de outros, fazendo com que a memória dessas mulheres, por ser dissonante da narrativa imposta pelo poder dominante, fosse silenciada, enquanto os discursos sobre elas foram moldados por enquadramentos que reforçam sua exclusão simbólica. Essa marginalização não ocorre apenas por acaso, mas faz parte de um processo deliberado de esquecimento social, o que auxilia na manutenção e perpetuação das marcas produzidas pela ditadura e o conhecimento que temos sobre essas mulheres.

As manipulações da memória se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória (Ricoeur, 2007) por meio da narrativa. Seu uso se transforma

em uma armadilha quando forças superiores assumem o controle da construção da história e “impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja” (Ricoeur, 2007, p. 455). Assim ocorre um tipo sutil de esquecimento, causado pela perda, por parte dos indivíduos e grupos sociais, da capacidade de contar sua própria história, o que deixa claro que há um linha bastante tênue entre os abusos de memória e os abusos de esquecimento, e a explicação para isso reside em:

Por causa da função mediadora da narrativa, os abusos de memória tornam-se abusos de esquecimento. De fato, antes do abuso, há o uso, a saber, o caráter inelutavelmente seletivo da narrativa. Assim como é impossível lembrar-se de tudo, é impossível narrar tudo. A ideia de narração exaustiva é uma ideia performativamente impossível. A narrativa comporta necessariamente uma dimensão seletiva. Alcançamos, aqui, a relação estreita entre memória declarativa, narratividade, testemunho, representação figurada do passado histórico. Como notamos então, a ideologização da memória é possibilitada pelos recursos de variação que o trabalho de configuração narrativa oferece. (Ricoeur, 2007, p. 455).

Com isso, vale ressaltar que os veículos analisados apoiaram o golpe e seus interesses, atuando como tentáculos de sua conspiração e na manutenção da ditadura militar (Pires, 2007, p. 6), realizando uma seleção da memória a ser exposta aos leitores. Preocupados em manter sua dominação política e econômica, os proprietários dos jornais precisavam unir-se em torno de um ideal comum para seu fortalecimento e para a continuidade do desenvolvimento capitalista, o que acreditavam ser possível através da execução de um governo que intensificasse a opressão e a repressão, visando o esvaziamento do poder de reação da burguesia e de setores divergentes dela, como suas frações comercial, agrária e industrial. O elo forte dessa cadeia foi representado pela classe dominante utilizando as Forças Armadas, que deram uma nova face ao poder político, aparentando uma ruptura com o modelo anterior, mas continuando a manter os interesses burgueses, de maneira ditatorial, repressiva e opressiva.

Logo, não podemos afirmar que os jornais aqui analisados foram vítimas indefesas da ditadura, uma vez que contribuíram ativamente para o golpe de 1964. Amedrontados com a ideia de ameaça comunista representada por João Goulart, os donos dos jornais atuaram para que as publicações de seus veículos deixassem clara a suposta incompetência do até então presidente da República. Em entrevista a José Álvaro Moraes e Maria Victória Benevides para

a revista Lua Nova, Ruy Mesquita⁷, quando questionado pelos jornalistas por que houve participação dos liberais no movimento que levou ao golpe, disse claramente:

É que o Jango, pelas suas próprias condições culturais, era um incapaz. Era até uma boa pessoa para o convívio social, mas completamente despreparado para algum dia ser Presidente da República, muito menos num momento como aquele. [...] O esquema janguista cometeu, na minha opinião, o erro que o levou à sua derrota definitiva. Começou a promover a subversão dentro das Forças Armadas. (Aquino, 1999, p. 41).

Em levantamento realizado por Maria Aparecida de Aquino na obra *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*, a autora afirma que, nos editoriais de **O Estado de S. Paulo** publicados no período que antecede imediatamente o golpe de 1964, há um tom alarmista de crítica ao governo de João Goulart, apontando as dificuldades da permanência do presidente e chamando a sociedade civil e as Forças Armadas a defender os interesses da nação; da mesma forma, nos “editoriais que sucedem o movimento armado de derrubada do presidente, nota-se que OESP não somente apoia o golpe, mas encara-o como viva aspiração nacional” (Aquino, 1999, p. 43).

Já no caso da **Folha de S. Paulo**, nota-se uma relação de conivência pela omissão. Dentro do grupo Folha, destaca-se especialmente o posicionamento do jornal **Folha da Tarde**⁸, que foi entregue a profissionais ligados à polícia em 1969, chegou a cooperar para encobrir repressões e, até mesmo, torturas e assassinatos de presos políticos, e da **Folha da Manhã**⁹, que foi acusada de ceder carros para que policiais se disfarçassem em ações de repressão, caso que nunca foi confirmado (Pilagallo, 2014).

No entanto, num primeiro momento, assim como **O Estado de S. Paulo** e demais veículos de referência, o jornal chegou a afirmar no momento imediatamente posterior ao golpe de 1964 que o evento se tratava de uma “revolução” necessária em defesa da democracia e, editorialmente, apoiou a deposição do presidente João Goulart:

Voltou a nação, felizmente, ao regime de plena legalidade que se achava praticamente suprimido nos últimos tempos do governo do ex-presidente João Goulart. E isso se fez, nota-se, com o mínimo traumatismo, graças ao discernimento de nossas forças armadas para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país. (FOLHA DE S. PAULO, 1964, p. 3 apud MENESES, 2013, p.7).

⁷ Ruy Mesquita era neto do fundador do jornal O Estado de S. Paulo, Júlio de Mesquita, e esteve à frente do veículo por mais de 60 anos. Majoritariamente ocupava o cargo de diretor de opinião, mas nos últimos anos de vida, até seu falecimento em 21 de maio de 2013, também foi responsável pelos editoriais do Estado.

⁸ Embora a Folha da Tarde não esteja entre o corpus desta pesquisa, é citada aqui por fazer parte do Grupo Folha, que também engloba a Folha de S. Paulo.

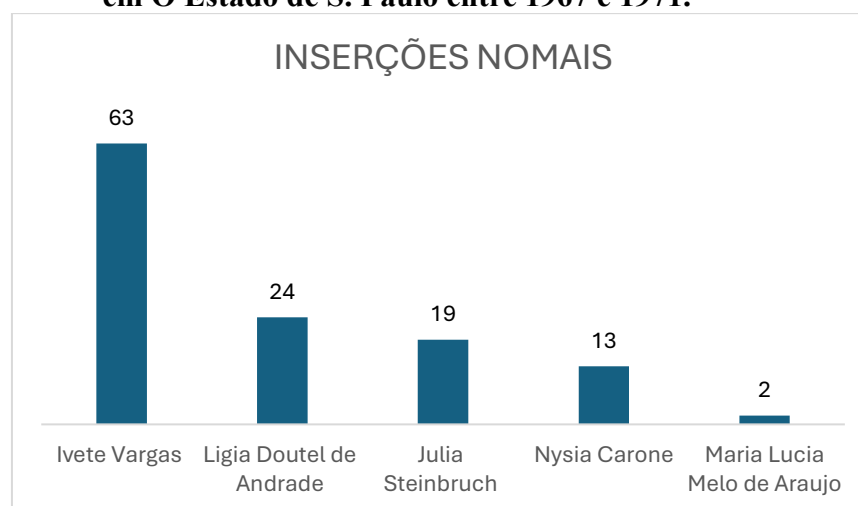
⁹ Mesmo motivo citado para a referência anterior.

Ao todo foram encontradas 125 citações às 5 mulheres eleitas deputadas federais em 1966 e cassadas, sendo 4 na **Folha de S. Paulo** e as outras 121 em **O Estado de S. Paulo**, o único veículo que publicou ao menos alguma matéria mencionando Ivete Vargas, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia Melo de Araújo, Júlia Steinbruch ou Nysia Carone, e os resultados são explorados mais a fundo a seguir:

4.1 As deputadas federais cassadas no jornal O Estado de S. Paulo

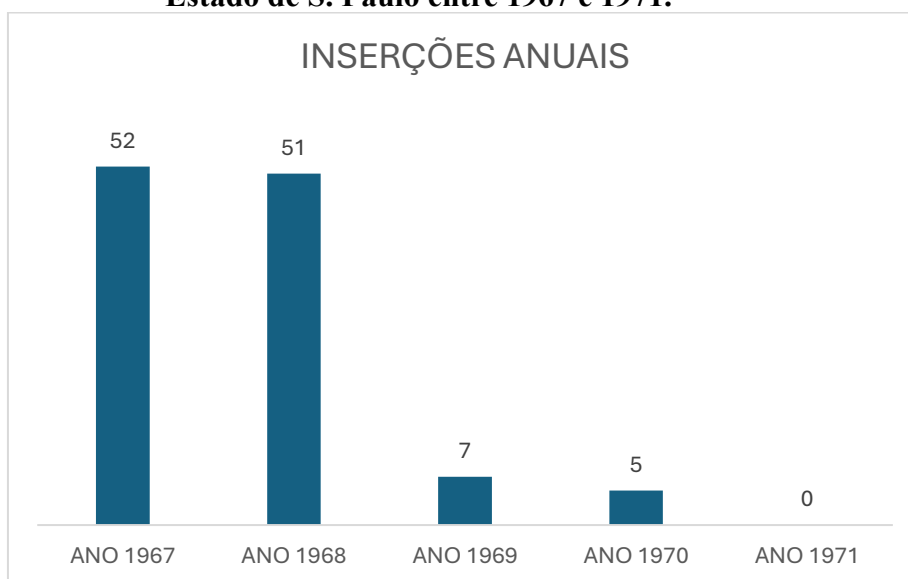
Em **O Estado de S. Paulo** observou-se a garantia de maior participação das deputadas federais em foco, com inserções em 121 textos, sendo que os nomes apareceram quantitativamente na seguinte ordem, respectivamente: Ivete Vargas (63), Ligia Doutel de Andrade (24), Julia Steinbruch (19), Nysia Carone (13) e Maria Lucia Melo de Araujo (2). Embora o período de análise deste levantamento abarque os anos de 1967 a 1971, por se tratar do período de legislatura em que ocorreram as eleições e cassações das cinco deputadas, no veículo foram identificadas matérias com menções a elas apenas entre os anos de 1967 e 1970, com 52 menções em 1967, 51 em 1968, 7 em 1969 e 5 em 1970, sendo possível notar uma queda nas citações, sobretudo, após as cassações, que ocorreram em 1969.

Gráfico 5. Comparativo de inserções nominais das deputadas federais cassadas em O Estado de S. Paulo entre 1967 e 1971.



Fonte: dados da autora (2024).

Gráfico 6. Comparativo anual de inserções das deputadas federais cassadas em O Estado de S. Paulo entre 1967 e 1971.



Fonte: dados da autora (2024).

Difícilmente mais de uma delas foi mencionada na mesma matéria, mas, com exceção de Julia Steinbruch, todas foram citadas no texto intitulado “Câmara: reeleitos 223 e eleitos 186” de 29/01/19674. Outro dado interessante aponta que os nomes de Ivete Vargas e Julia Steinbruch foram mencionados em textos entre 1967 e 1969, bem como Ligia Doutel de Andrade e Nysia Carone, que, além destes anos, também foram citadas em 1970. Maria Lucia Melo de Araujo não só foi a que teve menos menções (2), como ocorreram em anos distintos (1967 e 1970), mas que justamente marcaram o início e fim de seu mandato: A primeira noticiando sua eleição e a segunda a cassação.

Acredita-se que a maior parte das menções serem à Ivete Vargas (52%) se deve a sua vida política bastante consolidada antes mesmo da ditadura civil-militar e da parentalidade com Getúlio Vargas. Ivete Vargas foi uma das primeiras mulheres parlamentares do Brasil, filiada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) por 20 anos (1945-1965), legenda que chegou a presidir entre 1960 e 1965, quando foi extinta pelo Ato Institucional nº2 (AI-2).

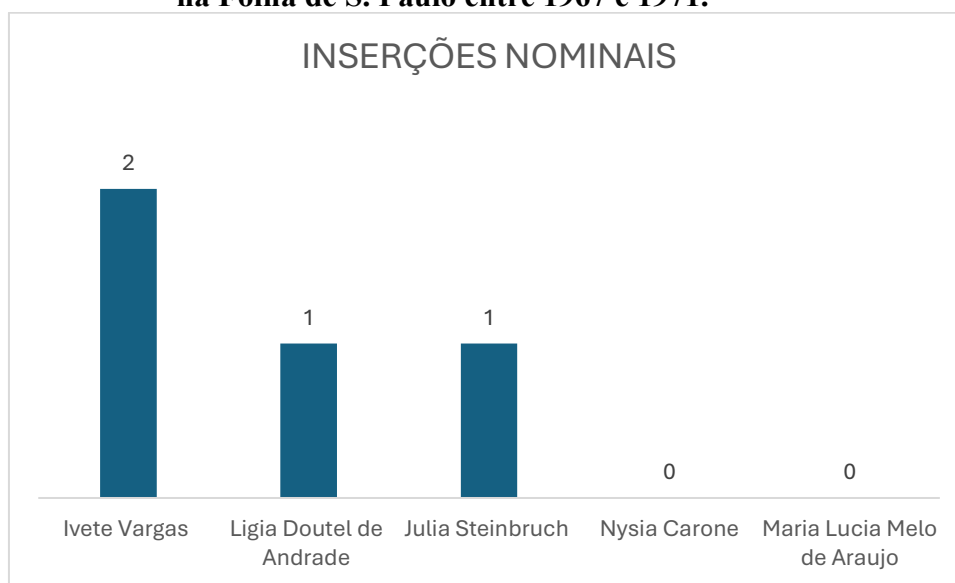
Além disso, pode-se deduzir que um maior número de menções às deputadas federais cassadas em **O Estado de S. Paulo** decorreu justamente pela quebra do apoio do veículo para com a ditadura civil-militar, de modo que adotou uma postura menos rígida e de busca de liberdade. Segundo Maria Aparecida de Aquino (1999) na obra *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978), os dirigentes de **O Estado de S. Paulo** acreditavam que os militares deveriam ficar no poder por um curto período, de forma que fosse interrompido o sistema vigente e, após a “crise” ser contornada, tudo voltasse à normalidade democrática com a

convocação de eleições. No entanto, não foi o que aconteceu, e o veículo rompeu com o regime ditatorial em 1965, quando os militares anularam as eleições presidenciais e convocaram o Ato Institucional 2º (AI-2).

4.2 As deputadas cassadas no jornal Folha de S. Paulo

Na **Folha de S. Paulo** foram encontradas 4 menções às deputadas federais cassadas nos anos de 1967, 1969, 1970 e 1971. No entanto, diferente de **O Estado S. Paulo**, que citou, ao menos uma vez cada uma delas, apenas Ivete Vargas, Julia Steinbruch e Ligia Doutel de Andrade foram mencionadas pelo veículo, mas nenhuma vez na mesma matéria ou em uma publicação no mesmo ano. Ou seja, as quatro publicações ocorreram em anos distintos, sendo que Ivete Vargas contou com metade das inserções, feitas em 1967 e 1970.

Gráfico 7. Comparativo de inserções nominais das deputadas federais cassadas na Folha de S. Paulo entre 1967 e 1971.



Fonte: dados da autora (2024).

No caso de Ligia Doutel de Andrade, diferente das outras duas deputadas mencionadas pelo veículo, a única vez em que a citaram não foi em uma matéria sobre sua vida política, como eleição ou emenda proposta por ela, mas sim na coluna social do veículo do dia 24/02/1968, assinada por Tavares de Miranda. A nota publicada informava sobre um convite do então ex-presidente João Goulart ao casal Doutel, formado por Waldir Borges Doutel e Ligia Doutel de Andrade, para acompanhá-lo a uma viagem à Europa no final de abril daquele ano, mas dando destaque ao título de deputada de Ligia.

Os resultados podem ser explicados ainda com base na história do veículo, que de maneira ainda mais intensa que outros veículos da imprensa escrita, colaborou com a instalação e manutenção da ditadura militar, assim como com os seus métodos repressivos (Pires, 2007, p.9), dando claros exemplos de como a articulação entre as esferas de poder burguês era estreita.

4.3 As deputadas cassadas nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados

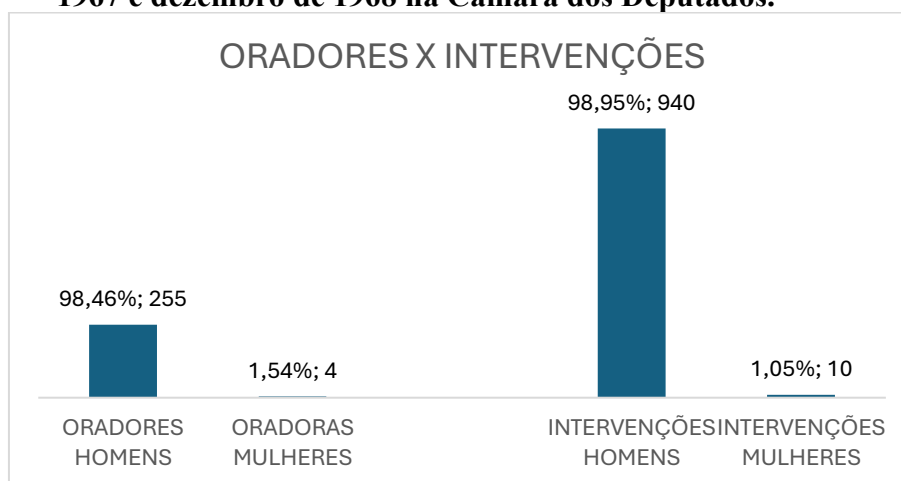
A importância da análise dos discursos registrados nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados reside no fato de ser possível identificar pelos excertos o posicionamento das deputadas, quais pautas e grupos defendiam, o que achavam do governo vigente e se eram combativas. Os materiais, analisados entre 1967 e dezembro de 1968, revelaram uma significativa disparidade na participação parlamentar entre homens e mulheres, evidenciando um contexto legislativo desfavorável à presença feminina.

A pesquisa foi realizada a partir de 24 Diários Oficiais levantados no portal da Câmara dos Deputados, abrangendo o período de janeiro de 1967 até janeiro de 1969, antes das cassações publicadas em janeiro de 1969. A análise inicialmente esperava contemplar 25 Diários Oficiais, mas devido à promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5) em dezembro de 1968, a Câmara foi fechada, o que interrompeu a publicação de informações sobre plenárias, votações e debates até outubro de 1969.

Durante o período analisado, 255 homens discursaram na Câmara dos Deputados, contribuindo com um total de 940 intervenções. Os deputados Antônio Bresolin e Sadi Bogado se destacaram como os mais proeminentes, cada um com 29 discursos registrados. Em contraste, apenas quatro mulheres foram identificadas como oradoras: Ligia Doutel de Andrade, Ivete Vargas, Julia Steinbruch e Nysia Carone. Coletivamente, essas mulheres falaram apenas 10 vezes no plenário, evidenciando uma disparidade notável: Ligia Doutel de Andrade liderou entre elas com 5 discursos, seguida por Ivete Vargas e Julia Steinbruch, com 2 discursos cada, e Nysia Carone com 1 discurso.

Esmiuçando os dados, a representação de mulheres no espaço de fala parlamentar era desproporcional. Entre os 259 oradores contabilizados nos registros da Câmara, 255 eram homens, correspondendo a 98,46%, enquanto apenas 4 eram mulheres, o que representa 1,54% do total. A disparidade se torna ainda mais pronunciada ao observar o número de intervenções: 940 realizadas por homens (98,95%) contra 10 por mulheres (1,05%), o que indica, além de uma presença numericamente reduzida das mulheres, uma participação efetiva restrita no âmbito do debate político.

Gráfico 8. Comparativo entre oradores e oportunidades de fala entre janeiro de 1967 e dezembro de 1968 na Câmara dos Deputados.



Fonte: dados da autora (2024).

A análise dos Diários Oficiais também revelou que em três datas não foi possível confirmar a presença das mulheres: Em 2 de fevereiro de 1967, a sessão foi destinada ao recebimento de diplomas, não havendo registros de discursos; Em 1 de julho de 1967, nenhum deputado subiu ao púlpito para falar, e o Diário Oficial dessa data apresentou apenas resoluções, e, em 1 de agosto de 1968, quando nenhuma mulher foi registrada entre os 140 homens presentes. Dessa forma, é possível atestar que os homens estiveram presentes em 22 dias e as mulheres em 21.

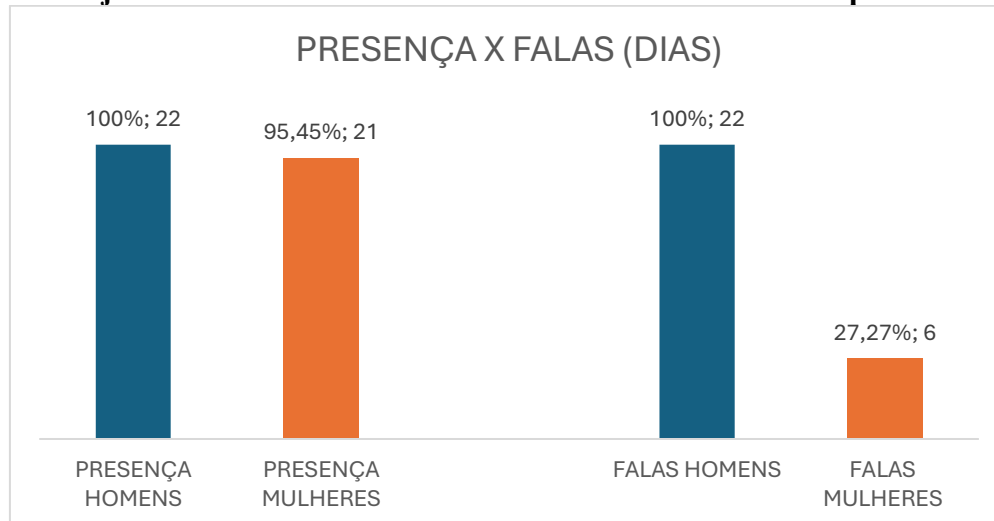
Vale ainda ressaltar que em datas específicas, como em 1º de maio de 1968, ocorreram múltiplas sessões (três sessões: manhã, tarde e noite), destacando a intensidade de atividades em alguns dias. As presenças femininas incluem Ivete Vargas em 5 dias (6 sessões, 1 dia com duas sessões), Julia Steinbruch em 12 dias (14 sessões, 2 dias com 2 sessões cada), Ligia Doutel de Andrade em 8 dias (10 sessões, com 1 dia com 3 sessões), Maria Lucia de Araujo em 14 dias (16 sessões, com 2 dias com 2 sessões cada), Nysia Carone em 18 dias (21 sessões, com 1 dia com 3 sessões e 2 dias com 2 sessões cada) e Nesy Novaes em 11 dias (15 sessões, com 1 dia com 3 sessões e 1 dia com 2 sessões).

As intervenções das mulheres ocorreram de maneira concentrada em dias específicos e em um número reduzido de sessões. Em 1967 e 1968, as quatro mulheres discursaram em apenas seis dias, totalizando sete sessões. Em ordem cronológica, Julia Steinbruch apresentou um projeto de lei em 3 de maio de 1967, Ligia Doutel de Andrade falou sobre o Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 2 de agosto de 1967; e em 1 de setembro de 1967, Nysia Carone e Ivete Vargas apresentaram projetos de lei. Em 1 de fevereiro de 1968, Ligia Doutel de Andrade discutiu o comércio ervaeiro entre Argentina e Brasil em função da visita

do Chanceler da Republica Argentina, Sr. Costa Méndez; enquanto Ivete Vargas e Ligia Doutel de Andrade fizeram requerimentos de informações no mesmo dia. Mais adiante, Julia Steinbruch discutiu o novo salário mínimo em 2 de abril de 1968, e Ligia Doutel de Andrade falou sobre a reforma administrativa do funcionários públicos do Departamento Nacional de Endemias Rurais de Santa Catarina, além de, na mesma sessão, fazer um discurso em homenagem ao Dia do Trabalho em 1 de maio de 1968, sendo a única mulher a falar duas vezes no mesmo dia.

Como dito anteriormente, apesar de terem discursado apenas em seis dias, as mulheres estiveram presentes em 21 dias analisados, o que sugere que suas oportunidades de fala eram limitadas em comparação com seus colegas homens. Ou seja, os homens compareceram em 100% das sessões comprovadas, enquanto as mulheres registraram presença em 95,45% dos dias, mas é na efetiva participação através da fala que a desigualdade se evidencia, uma vez que, enquanto os deputados fizeram uso da palavra em todos os 22 dias considerados (100%), as deputadas se manifestaram em apenas seis, representando 27,27% dos dias de sessão.

Gráfico 9. Comparativo entre a presença em dias e oportunidades de falas em dias entre janeiro de 1967 e dezembro de 1968 na Câmara dos Deputados.



Fonte: dados da autora (2024).

Postos os fatos, os dados sugerem que, embora presentes, as mulheres possivelmente enfrentavam barreiras para exercer plenamente o direito à voz e à representação ativa. Em um contexto em que o número de dias de fala é um dos principais indicadores de influência e visibilidade parlamentar, no tocante à construção da memória coletiva, a disparidade de participação registrada não apenas reforça a ausência das mulheres, mas perpetua uma narrativa histórica que subestima seu papel nos grandes centros de decisão. A memória política construída

a partir de registros parlamentares, como os diários oficiais, tende a exaltar as intervenções e ações dos homens enquanto figuras centrais, relegando as mulheres a uma posição secundária e essa narrativa torna-se, então, parte do imaginário social sobre quem tem o direito de falar e de influenciar o poder político.

Os dados evidenciam uma desigualdade marcante na participação parlamentar, refletindo as barreiras enfrentadas pelas mulheres na política brasileira durante o período analisado. A concentração de suas intervenções em poucos dias e sessões específicas mostra um contexto legislativo onde as mulheres tinham menos oportunidades de participação contínua e ativa, em contraste com a presença dos homens.

4.3.1 Diário publicado em 03/05/1967

Julia Steinbruch

Apresentou o Projeto de Lei (PL) 193/1967, com o intuito de acrescentar recursos e editar o parágrafo único do artigo 258 do decreto-lei 5452 de 01/05/1943, que aprovava a consolidação das leis do trabalho e outras medidas.

O artigo 258 decretava que entidades que realizavam atividades nas embarcações principais, nas embarcações auxiliares, alvarengas ou saveiros, deveriam enviar, mensalmente, à Delegacia do Trabalho Marítimo, um quadro demonstrativo do número de horas de trabalho executado pelos operários estivadores por ela utilizados. O projeto não foi para frente e acabou sendo arquivado em 29/05/1973.

4.3.2 Diário publicado em 02/08/1967

Ligia Doutel de Andrade

Com o advento da realização do 29º Congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), a deputada fez um discurso marcado por muita coragem, com críticas diretas à repressão, à censura e defendendo a liberdade de expressão. Ela solicitou a transcrição de um documento divulgado pela paróquia universitária dos padres dominicanos que refletia sobre os direitos fundamentais conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem e encíclicas papais, que destacava como primeira reflexão o direito de participação na vida política, destacando que a dignidade humana estava intrinsecamente ligada à capacidade de cada indivíduo de contribuir para o bem comum: “Toda pessoa tem o direito de participar dos afazeres públicos do seu país, seja diretamente, seja por intermédio de representantes livremente

escolhidos (Declaração Universal dos Direitos do Homem, Art. 21, Parágrafo 1º)” (Andrade, 1967, p. 21). Em um regime que suprimia a participação política e cerceava liberdades individuais, a ênfase nesse direito serviu como uma afronta direta às práticas autoritárias vigentes.

Continuando, a segunda reflexão explanava o direito de reunião e expressão, afirmando que o Estado não pode negar a existência de sociedades privadas e que “todo indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica no direito de não ser importunado por suas opiniões e no de procurar, receber e divulgar informações e ideias (Declaração Universal dos Direitos do Homem, Art. 19)”(Andrade, 1967, p. 22), fazendo alusão às perseguições e repressões sofridas pelo estudantes e opositores do regime ao expor opiniões contrárias. A terceira, e última, reflexão abordava o direito individual à privacidade e à proteção contra intromissões arbitrárias, conforme estabelecido no Art. 12 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, alertando sobre a necessidade de proteção legal contra os abusos cometidos pela ditadura civil-militar.

Após comentar sobre o documento, a oradora ainda fez questão de reiterar seu posicionamento, apontando que condenava a atuação repressiva do governo durante o Congresso da UNE, pois os estudantes precisaram se reunir clandestinamente, “burlando a vigilância das autoridades federais e estaduais” (Andrade, 1967, p. 22), e enalteceu a coragem destes jovens que, mesmo sob vigilância, elegeram uma nova diretoria e aprovaram teses importantes condenadas pelo caráter antidemocrático do governo federal. Como um grito de esperança em meio a todo o caos e resistência à tirania, Ligia terminou sua fala com a seguinte mensagem: “[...] quero manifestar a certeza de que, desse conflito, entre a força das ideias e a força das armas, cedo ou tarde sairão vitoriosas as primeiras, com a derrota de prepotência e do obscurantismo que hoje infelicitam o país” (Andrade, 1967, p. 22).

4.3.3 Diário publicado em 01/09/1967

Nysia Carone

Apresentou o projeto de lei 558/1967, que dispunha sobre a desapropriação de pequenas propriedades urbanas, e dava outras providências. Após anos de tramitação, o projeto foi arquivado em 01/04/1971.

Ivete Vargas

Indo na contra mão dos direitos da mulher, principalmente sobre planejamento familiar, discursou sobre o projeto 557/1967, que visava proibir a aplicação e o uso da “serpentina” ou “DIU” como método anticoncepcional. Anos mais tarde, o PL foi arquivado na mesma data do projeto apresentado por Nysia Carone anteriormente.

4.3.4 Diário publicado em 01/02/1968

Ligia Doutel de Andrade

A deputada subiu ao púlpito para debater sobre a recente visita do Chanceler da Argentina, Sr. Costa Méndez ao Brasil, que teve como objetivo discutir questões de interesse mútuo nos âmbitos político, cultural e comercial entre os dois países. No primeiro tópico, Ligia ressaltou que não havia divergências entre o Brasil e a Argentina, refletindo uma visão diplomática otimista, embora compreendamos a complexidade das relações internacionais, que muitas vezes escondem tensões subjacentes que não são imediatamente aparentes em encontros diplomáticos superficiais.

Sobre o setor cultural, ela destacou que foram firmados dois acordos de cooperação cinematográfica, “provendo-se ainda, entre outras iniciativas, a realização de cursos de especialização e pós-graduação, e criação de cátedras de língua e da cultura de um país nas escolas superiores do outro” (Andrade, 1968, p.12). No entanto, a grande problemática trazida pela deputada estava no campo econômico, dado o compromisso firmado pelo Brasil de comprar 1 milhão de toneladas de trigo argentino, pois, segundo ela, a vinda ao Brasil do Chanceler não alcançou resultados plenamente satisfatórios no plano do comércio bilateral, já que os debates a respeito foram postergados para a IV Reunião da Comissão Executiva Brasil-Argentina de Coordenação, que aconteceria em Buenos Aires em fevereiro do ano seguinte.

A questão residia no fato de, com base no art. 26 do Tratado de Montevideu (ALALC), a Argentina proibir, pelo Decreto número 1.122 de 11 de março de 1966, a compra dos produtos brasileiros, ressaltando que as trocas comerciais estavam acontecendo de forma unilateral pelo Brasil, prejudicando, sobretudo, os produtores de erva-mate de Santa Catarina, “cujas associações de classes, entre elas a do município de Canoinhas, há mais de nove meses apelam por uma solução ao Governo Federal” (Andrade, 1968, p.12). Segundo a porta voz, a relação entre o Brasil e a Argentina vinha se deteriorando há algum tempo, fato que, inclusive, chegou a ser noticiado pelo diário independente **O Clarim**, de Buenos Aires:

[...] se tais mal entendidos se dissiparem, terá sido dado um passo favorável que será orientado numa das direções mais férteis traçadas pela diplomacia nacional. Essa direção é certamente, a que preconizou a governo Argentino durante a Presidência Brasileira de Juscelino Kubitschek [...]. (O CLARIM, 1968, apud Andrade, 1969, p.12).

Para Doutel, era nítida a necessidade de imediata remoção dos empecilhos que dificultavam o comércio entre os países no tocante à erva-mate. “São incalculáveis, a estas altura, os prejuízos sofridos pelo produtor com duros reflexos no campo social sabido que parte da população do norte de Santa Catarina vive, exclusivamente, em função da venda do produto” (Andrade, 1968, p.12). De modo geral, o intuito da deputada era mediar, que, mesmo com o progresso em algumas áreas, questões econômicas e comerciais fundamentais permaneciam desafiadoras e necessitavam de soluções para a promoção de uma cooperação mutuamente benéfica.

Ivete Vargas

Requeru informações ao Ministério da Fazenda sobre atraso no pagamento de inativos.

Ligia Doutel de Andrade

Em linha com o seu discurso, solicitou informações ao Ministério das Relações Exteriores sobre se foi tratado o problema da exportação de erva-mate brasileira com o Exmo. Sr. Chanceler da Argentina Costa Méndez quando de sua visita ao nosso país.

4.3.5 Diário publicado em 02/04/1968

Julia Steinbruch

Em veemente protesto contra o novo salário-mínimo divulgado pelo Ministério do Trabalho, de NCr\$ 129,80, a deputada destacou a injustiça imposta aos trabalhadores brasileiros, considerando-o um atentado à dignidade. Afim de promover o debate e reflexão na Câmara, evidenciando a desconexão do valor estipulado pelo governo com a realidade social do Brasil, questionou aos presentes como uma família poderia sobreviver com um valor tão irrisório: “Com o estado atual do custo de vida; como é possível, repito, se querer obrigar o operário brasileiro, o trabalhador geral, a viver e sustentar condignamente uma família, com NCr\$ 129,80?” (Steinbruch, 1968, p. 19).

Para a deputada, o governo federal estava promovendo uma política de fome, em que o salário oficial atuaria como primeiro instrumento de extermínio da população. Ela ainda denuncia a hipocrisia do Congresso ao justificar o racionamento salarial por motivos deflacionários, ressaltando a falta de entendimento quanto à realidade dos mais pobres:

A máscara agitada diante da opinião pública brasileira de que o racionamento salarial se impõe por motivos deflacionários, tanto mais não satisfaz como justifica um semelhante abuso de falta de entendimento quanto à realidade social dos desprotegidos de sorte no Brasil. (Steinbruch, 1968, p. 19).

Ao destacar que o aumento salarial não correspondia à realidade, ela expôs a discrepância entre os índices anunciados pelo governo e os custos reais enfrentados pela população, pois, enquanto os aluguéis sofriam reajuste de 33%, a elevação do salário mínimo foi de pouco menos de 20%. Ao final, apontou o desespero do povo trabalhador oprimido, esbulhado, reduzido à míngua, no qual lhe foi negada sequer a mais tênue esperança de melhoria perceptível e conclui expressando seu luto, solidariedade e compromisso em defesa do povo:

Quero que ele saiba que não endosso com meu silêncio semelhante atentado e que, sabendo-o vítima indefesa da sanha oficial, quero estar sempre em seu coração, na certeza de que ele me possa reconhecer, em quaisquer circunstâncias, como um seu amigo e fervoroso defensor. (Steinbruch, 1968, p. 19).

4.3.6 Diário publicado em 01/05/1968

Ligia Doutel de Andrade (Sessão da manhã)

A oradora iniciou seu pronunciamento relatando um apelo recebido pelos servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNER) de Santa Catarina, que clamavam pela regularização da situação profissional em conformidade com a Lei nº 3.780, de 1960, que dispõe sobre a readaptação e classificação dos cargos dos servidores público. Segundo a deputada, a lei foi tornada ineficaz pelo Decreto nº 200, que trata da Reforma Administrativa e “em consequência, os processos de readaptação foram devolvidos às repartições de origem – e ali se encontram inteiramente esquecidos” (Andrade, 1968, p. 43). Ficou evidente o desrespeito dos órgão do governo às normas que deveriam proteger os trabalhadores, deixando-os em uma situação de abandono e desamparo. Ligia ainda enfatizou as precárias condições de trabalhos de muitos dos trabalhadores do DNER, que recebiam apenas um salário mínimo e exerciam

atividades perigosas, estando em contato com o mosquito “barbeiro”, inseto transmissor da doença de Chagas, e outros terríveis difusores de moléstias.

Além de precariedade laboral, dada a morosidade na execução do Decreto da Reforma Administrativa e reconhecimento da realidade burocrática e institucional, Ligia apontou que aparentemente, reivindicações dos servidores do DNER tinham poucas chances de serem atendidas. Com isso, propôs que o governo tomasse medidas especiais para resolver a situação desses, deferindo seus processos de readaptação e garantindo-lhes a gratificação por risco de vida, os quais tinham legítimo direito.

Ligia Doutel de Andrade (Sessão da tarde)

Em comemoração aos 25 anos do Dia do Trabalho, celebrado em 1º de maio no Brasil, a deputada fez críticas ao estado, a legislação trabalhista vigente no período e destacou a importância histórica da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pelo Decreto-Lei 5.452, instituída por Getúlio Vargas em 1943. A oradora iniciou seu discurso lembrando a data, quando foi possível decretar a consolidação de toda a legislação trabalhista em um estatuto básico e destacou que, apesar da "Revolução, na sua estuosa produção destruidora" ter promovido diversas mudanças, manteve a soberania da CLT, mesmo diminuindo a estabilidade do trabalhador.

Alguns dos pontos criticados foram a extinção do direito de greve e a redução do poder normativo da Justiça do Trabalho, exemplos de como a legislação trabalhista foi agredida: “E não quero referir-me, Sr. Presidente, as numerosas outras agressões feitas a este diploma, como, por exemplo, a extinção de fato do direito de greve como respaldo da própria Constituição Federal e, ainda, a redução do poder normativo da Justiça do Trabalho” (Andrade, 1968, p. 52). A todo momento, a deputada buscou enaltecer o papel de Vargas na criação da CLT e a luta contra forças conservadoras para garantir os direitos dos trabalhadores. Citando Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio no governo Getúlio Vargas, destacou que o conjunto dessas normas era:

o diploma do idealismo excepcional do Brasil orientado pela clarividência genial, de V. Exa, reajustando o imenso e fundamental processo de sua dinâmica econômica, nas suas relações com o trabalho, aos padrões mais altos de dignidade e de humanidade da Justiça social. É incontestavelmente a síntese das Instituições políticas estabelecidas por V. Ex^a desde o início do seu governo. (Filho, 1943 apud Andrade, 1968, p. 52).

A oradora ainda lembrou os princípios fundamentais da CLT, como a igualdade de tratamento, a proteção ao menor, a redução do tempo de trabalho em minas subterrâneas, e o amparo à maternidade e infância. “Sistematizando os princípios de nosso ‘Direito Social’, confere, elogiavelmente, igualdade de tratamento a situações sociais idênticas. Apanhou, tanto quanto possível, as turras entre o capital e o trabalho, numa fórmula harmônica de composição de forças” (Andrade, 1968, p. 52).

Ela também destacou a antecipação do Brasil em relação às recomendações e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como a Convenção número 58, relativa a férias anuais remuneradas. Além disso, como de costume, Ligia Doutel de Andrade concluiu a sua fala com críticas fervorosas ao governo de Artur Costa e Silva, dado o aumento das dificuldades dos trabalhadores e a como se dava o modo de vida da população após o golpe militar em abril de 1964, marcado pelo medo e intimidações de força:

Mudaram-se os tempos Sr. Presidente? Não! Os tempos são os mesmos, as dificuldades dos trabalhadores é que se agravaram, eis que os dirigentes atuais diferem sobremodo do que nos governava àquela época, substituindo as bandeiras multicoloridas dos antigos primeiros de maio pelas faixas pretas e a demonstração da força bélica de nosso Exército, que atendendo convocação equívoca, colocará nas ruas dos grandes centros fabris do Brasil seus apetrechos de guerra. (Andrade, 1968, p. 52).

Ao final, para frisar a mensagem que buscou transmitir, deixou como lembrete a todos os presentes de que naquele momento, mais do que em qualquer outro, as palavras ditas por Marcondes Filho sobre os direitos trabalhistas não poderiam ser esquecidas: “A consolidação constitui uma marco venerável na história da nossa civilização, demonstra a vocação brasileira pelo direito e, na escuridão que envolve a humanidade, representa a expressão de uma luz que não se apagou” (Filho, 1943 apud Andrade, 1968, p. 52).

Com a apresentação dos discursos proferidos pelas deputadas federais cassadas durante a ditadura militar na Câmara dos Deputados é nítido que elas enfrentavam grandes desafios para aprovar seus projetos, encontrando forte resistência dentro do parlamento, o que resultava no arquivamento de muitas de suas propostas. Julia Steinbruch e Nysia Carone, por exemplo, apresentaram projetos de lei voltados para questões trabalhistas e urbanas, como a modificação da Consolidação das Leis do Trabalho no setor marítimo (PL 193/1967) e a desapropriação de pequenas propriedades urbanas (PL 558/1967), respectivamente, mas nenhum deles avançou. Isso reflete um padrão de exclusão e marginalização da atuação feminina na política, especialmente em um período autoritário, no qual a tomada de decisões estava centralizada e dominada por homens.

De toda forma, mesmo com barreiras, algumas parlamentares se destacaram na defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão, como Ligia Doutel de Andrade, que fez discursos críticos ao regime militar, denunciando a repressão contra estudantes e a censura imposta pelo governo. Durante o 29º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ela utilizou a Declaração Universal dos Direitos Humanos para reforçar a importância da participação política, do direito à reunião e da liberdade de opinião, evidenciando sua resistência ao autoritarismo e sua preocupação com o cerceamento das liberdades individuais, o que demonstrava uma coragem única, especialmente em um período no qual manifestações contrárias ao regime podiam levar à perseguição política.

Provando que as mulheres parlamentares não se restringiam às questões de gênero, mas também atuavam em temas de interesse coletivo, incluindo economia e relações internacionais, Julia Steinbruch criticou o baixo valor do salário-mínimo estabelecido pelo governo, denunciando a dificuldade das famílias de trabalhadores em sobreviver com tão pouco. Bem como Ligia Doutel de Andrade também discutiu as relações comerciais entre Brasil e Argentina e seus impactos sobre os produtores brasileiros.

Entretanto, a presença feminina na Câmara dos Deputados não significava necessariamente uma unidade de pensamento ou um compromisso geral com a ampliação de direitos e, enquanto algumas deputadas defendiam pautas progressistas, outras adotavam posturas conservadoras. Um exemplo disso foi Ivete Vargas, que propôs um projeto de lei (PL 557/1967) para proibir o uso do Dispositivo Intrauterino (DIU) como método anticoncepcional, indo na contramão da autonomia feminina sobre seus próprios corpos. No entanto, sua atuação também incluiu requerimentos administrativos, como pedidos de informações sobre atrasos nos pagamentos de servidores inativos, demonstrando um perfil mais burocrático do que reformista.

De modo geral, a atuação das mulheres na Câmara dos Deputados durante a ditadura militar revela que, mesmo diante da dificuldade de aprovação de seus projetos, elas pautavam discussões relevantes sobre direitos humanos, condições de trabalho e economia, contribuindo para a ampliação do debate político. Ao mesmo tempo, a diversidade de posicionamentos entre as parlamentares evidencia que a presença feminina no parlamento não se traduzia automaticamente em um avanço conjunto das pautas femininas ou progressistas, já que havia também aquelas que defendiam visões mais conservadoras.

5 CONCLUSÃO

A fim de compreender a memória acerca das deputadas federais eleitas e cassadas durante a ditadura civil-militar utilizando como fonte principal as publicações que as mencionavam nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, além dos diários oficiais da Câmara dos Deputados, é possível atestar que, sem o grande prestígio atribuído aos homens nos acontecimentos e articulações ocorridas no período, os excertos evidenciam que as mulheres estavam presentes e eram ativas, dentro do possível. É perceptível uma forma de censura geral ao tentar calar essas mulheres as afastando dos cargos com o exercício de possível violência simbólica (Bourdieu, 1999), mas também pelos jornais que não explicavam a fundo nas matérias em que eram mencionadas os motivos das cassações, seja por censura externa ou auto censura, promovendo um registro de silenciamento. Com isso, as cinco deputadas federais cassadas tinham cerceado seu acesso ao pleno exercício da liberdade de expressão.

Como aponta Eric Barendt (2007), a plena conquista da liberdade de expressão em uma sociedade democrática deve ser considerada não apenas em face da ausência de restrições estatais, mas também à luz do grau de pluralismo e diversidade presente no debate público. Vale ressaltar que nesse período, matérias das editorias de política eram particularmente suscetíveis à censura estatal, já que muitos temas relacionados à política interna eram proibidos, com textos precisando ser alterados ou sequer sendo publicados (Marconi, 1980), o que afetava a percepção pública e construção de memória sobre aquele momento e, principalmente, das deputadas federais cassadas Ivete Vargas, Lígia Doutel de Andrade, Maria Lúcia Melo de Araújo, Júlia Steinbruch e Nysia Carone, como se fizessem questão de apagá-las ou esquecê-las.

A análise dos discursos das deputadas federais cassadas, tanto nos Diários Oficiais da Câmara dos Deputados quanto nas menções nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo**, revela uma narrativa histórica marcada pela exclusão. Apesar de suas contribuições significativas para o debate político, suas vozes foram sistematicamente silenciadas, seja pela censura imposta pelo ditadura civil-militar, seja pela falta de espaço nos veículos de comunicação que, ao priorizarem uma narrativa hegemônica, contribuíram para a construção de uma memória coletiva que as relegou ao esquecimento, pois, mesmo quando as mulheres eram mencionadas, suas contribuições eram frequentemente minimizadas ou distorcidas, refletindo uma narrativa que as colocava em segundo plano

A imprensa, ao mesmo tempo em que serviu como um instrumento de registro histórico, também atuou como um mecanismo de controle, filtrando as informações que chegavam ao público e reforçando os estereótipos de gênero que limitavam a participação feminina na esfera

pública. Em contraponto, a atuação dessas mulheres no Congresso, ainda que limitada pelo contexto autoritário, demonstra que elas não apenas ocuparam espaços políticos, mas também desafiaram as estruturas de poder vigentes, defendendo pautas progressistas e questionando as práticas repressivas do regime. No entanto, a falta de representatividade e a dificuldade em aprovar projetos de lei evidenciam as barreiras estruturais que impediam uma participação mais efetiva das mulheres na política. A cassação de seus mandatos e a suspensão de seus direitos políticos por dez anos foram atos que não apenas interromperam suas carreiras, mas também reforçaram a invisibilidade histórica das mulheres na política brasileira.

De modo geral, a memória coletiva construída sobre essas deputadas foi, portanto, moldada por um processo de seleção e exclusão que privilegiou os discursos dominantes e marginalizou as vozes dissonantes. Diante disso, os resultados da presente pesquisa sugerem limitações aos ideais de multiplicidade no debate público brasileiro ao longo do período em foco. Afinal, “não se pode falar em liberdade de imprensa sem se considerar o direito à informação, [...] já que o acesso à informação qualificada é condição *sine qua non* para a participação na vida pública e, por conseguinte, para a garantia de cidadania plena” (Scabin; Nabeiro, 2022. p. 3).

Portanto, a recuperação da memória dessas deputadas federais cassadas não é apenas um exercício de justiça histórica, mas também uma forma de questionar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão das mulheres na política. Ao resgatar suas trajetórias e contribuições, esta pesquisa busca preencher lacunas e oferecer um contraponto às narrativas. A luta por uma memória mais inclusiva e plural é, assim, um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ligia Doutel de. **Discurso na 11ª sessão em 31 de janeiro de 1968 na Câmara dos Deputados**: Brasília, 1 fev. 1968. In: BRASIL. Congresso Nacional, p. 12.

ANDRADE, Ligia Doutel de. **Discurso na 58ª sessão em 30 de abril de 1968 na Câmara dos Deputados**: Brasília, 1 fev. 1968. In: BRASIL. Congresso Nacional, p. 43.

ANDRADE, Ligia Doutel de. **Discurso na 59ª sessão em 30 de abril de 1968 na Câmara dos Deputados**: Brasília, 1 maio. 1968. In: BRASIL. Congresso Nacional, p. 52.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Florianópolis: EDUSC, 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. [ALMG]. **Corpo de ex-deputada federal será velado no Salão Nobre**, 04 de março de 2009. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2009/03/Not_727298.html. Acesso em: 25 jun. 2024.

BARENDT, Eric. **Freedom of speech**. Oxford: Oxford University, 2009.

BRASIL, R. F. do. **Ato Institucional n. 5 (AI-5)**. Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia**: Ivette Vargas, [201-?a]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1590/biografia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia**: Julia Steinbruch, [201-?b]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1688/biografia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia**: Lígia Doutel de Andrade, [201-?c]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1695/biografia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia**: Nysia Carone, [201-?d]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/1681/biografia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Biografia**: Maria Lúcia, [201-?e]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139298/biografia>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Portal de dados abertos do TSE. 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1962>. Acesso em: 01 jul. 2024

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Portal de dados abertos do TSE. 25 de agosto de 2021. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1966>. Acesso em: 01 jul. 2024

BUDAG, Fernanda Elouise; SCABIN, Nara Lya Cabral. **Representação, identidade e a emergência de uma nova subjetividade política**: minorias sexuais e de gênero na série Merlí. *Contracampo*, Niterói, v. 38, n.2, p. 36-48, ago./nov. 2019.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 11. ed., v. 1. Brasília: UnB, 1999.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes Biográficos**: Julia Vaena Steinbruch, [202-a] Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julia-vaena-steinbruch>. Acesso em: 25 jun. 2024

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes Biográficos**: Ligia Moelmann Doutel de Andrade, [202-b]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ligia-moelmann-doutel-de-andrade>. Acesso em: 25 jun. 2024

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes Biográficos**: Nisia Carone, [202-c]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nisia-coimbra-flores-carone>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes Biográficos**: Maria Lucia Araújo, [202-d]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-lucia-melo-de-araujo>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CPDOC. Fundação Getúlio Vargas. **Verbetes Biográficos**: Ivete Vargas, [202-e]. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vargas-ivete>. Acesso em: 25 jun. 2024

FONSECA, Júnior Xavier; FACHIN, Zulmar Antonio, 2018. A participação da mulher na política brasileira: obstáculos e desafios. **Revista Estudos Políticos**: a publicação semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro, Vol.9 | N.2, pp. 03 -23, dezembro de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Los Marcos Sociales de la Memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. (Org.). **Experiência: o termo ausente?** Uberlândia: Navegando, 2018.

MACHETE, ano XV, edição 820, página 85 in. **Biblioteca Nacional-Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=83020>. Acesso em: 25 jun. 2024

MARCEL, Yuri. 50 anos do golpe: “Essa ferida não cura nunca”, diz ex-primeira-dama do AC. **G1**, , 01 de abril de 2014 Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2014/04/50-anos-do-golpe-essa-ferida-nao-cura-nunca-diz-ex-primeira-dama-do-ac.html>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MARCONI, Paolo. **A censura política à imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Câmara, 2019.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. [MPSC]. **Biografia Lígia Doutel de Andrade**. 2023. Disponível em: https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1216-Ligia_Doutel_de_Andrade. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

MENESES, Sônia. Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MOTTA, Marly Silva da. Qual a finalidade e o conteúdo dos “bilhetinhos” de Jânio Quadros. **Revista Nossa História**. Rio de Janeiro, n.º.15, p.82, jan.2005.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, 2012

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica**. Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória, N.º 2 (Nova Série), 2007.

PEREIRA, Fernanda Araújo; PAULO, Luísa Santos. As violências sexuais e de gênero e a justiça de transição no Brasil e na Argentina: uma análise comparativa dos movimentos de mulheres em cada país. **Open Edition Journal**. 2017.

PILAGALLO, Oscar. **Imprensa apoiou ditadura antes de ajudar a derrubá-la**. Folha de S. Paulo, São Paulo, ano 94, n.º31.035, 23 de março de 2024. Especial, p. B18.

PIRES, Elaine Muniz. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. **Projeto História** (n.º 35). São Paulo: PUC- SP, dez/2007, pp. 305-313.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Trad. Dora Rocha Flaksman. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

RÊGO, Ana Regina. A ditadura militar no jornalismo: uma abordagem a partir do conceito de lugar de memória. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2014.).

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A memória e o mundo contemporâneo. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. (Org.). **Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo**. São Paulo: Anadarco, 2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François et. al. Campinas, SP: EdUnicamp, 2007.

RODRIGUES, José Batista Cascudo. **A cidadania e a mulher**. Brasília: Senado Federal. v. 6.

ROURÉ, Agenor. **Constituinte Republicana (1918-1920)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1978.

SCABIN, Nara Lya Cabral; NABEIRO, Ana Lucia Pinto da Silva. “Rindo, você castiga muito mais”: mobilização digital e efeito bumerangue no caso Charge Continuada. **Revista Comunicação Midiática**, v.17, n.1, p. 43-60, jan-jun, 2022.

SILVA, Ana Regina T. de. Lembranças incômodas: uma análise da autocrítica dos jornais O Globo e Folha de São Paulo sobre seu apoio à ditadura militar. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. **Anais...** João Pessoa, 2014.

STEINBRUCH, Julia. **Discurso na 99ª sessão em 1 de agosto de 1967 na Câmara dos Deputados**: Brasília, 2 ago. 1967. In: BRASIL. Congresso Nacional, p. 21-22.

STEINBRUCH, Julia. **Discurso na 31ª sessão em 1 de abril de 1968 na Câmara dos Deputados**: Brasília, 2 abr. 1968. In: BRASIL. Congresso Nacional, p. 19.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 591–612, dez. 2005.

VIEIRA, Anna V. C.; ROCHA; Paula M. A participação das mulheres no Jornalismo Investigativo brasileiro: um recorte histórico no Prêmio Esso de Jornalismo no período de 1964 a 1985. In: Encontro Regional Sul de História da Mídia, 6º ALCAR. Mídia, fluxos migratórios e diásporas: perspectiva histórica. **Anais...** Ponta Grossa, 2016.

VIANA, Nildo. **Teses sobre o capital comunicacional**. Para além da Crítica dos Meios de Comunicação. Rio de Janeiro: Pirata, 2019.

VIANA, Nildo. (org.). **Religião e Capital Comunicacional**. Rio de Janeiro: Ar, 2015.

VIANA, Nildo. **Teses sobre o Capital Comunicacional**. Goiânia: Enfrentamento, 2020.

WESTIN, Ricardo. Discurso de deputado em 1968 é estopim para AI-5 e fechamento do Congresso. **Jornal do Senado**, Brasília, 13 de mar. de 2018.